

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.006/2026 PE

PARTE ESPECÍFICA (QUADRO DE RESUMO)

1.MODALIDADE	2.FORMATO	3.Nº DO PROCESSO	4.ENDEREÇO/LOCAL DA DISPUTA:	5.CÓDIGO DA UASG:	6.NÚMERO NO COMPRAS.GOV.BR:
PREGÃO	ELETRÔNICO	15.006/2026 PE	www.compras.gov.br (Comprasnet)	981319	91506

7.OBETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, ÓRTESES, PRÓTESES E DEMAIS MATERIAIS ESPECIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO HOSPITAL GERAL MANOEL ASSUNÇÃO PIRES DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ/CE.

8.DATA DA ABERTURA:	9.HORA DA ABERTURA	10.TIPO:	11.CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	12.MODO DE DISPUTA
14 DE MAIO DE 2026	09:00H	MENOR PREÇO	LOTE	ABERTO
REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO UTILIZADAS PELO SISTEMA SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF.				

13.ÓRGÃO INTERESSADO:

- SECRETARIA DE SAÚDE

14.LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COM COTAS PARA ME E EPP?	15.FORNECIMENTO:	16. PRAZO PARA ENTREGA:	17.VIGÊNCIA DO CONTRATO:	18.POSSIBILIDADE DE AMOSTRAS?
SIM	DE FORMA ÚNICA OU FRACIONADA	15 DIAS	03 (TRÊS ANOS)	NÃO

19.ESPECIFICIDADES DO PROCEDIMENTO:

As particularidades pertinentes ao objeto serão aquelas definidas no termo de referência.

20.DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO

Todos os **atendimentos** e demais tratativas com a Pregoeira serão realizados **exclusivamente** por meio virtual, mediante pedido formal a ser enviado através do e-mail: licitacao@aquiraz.ce.gov.br, como também os **pedidos de esclarecimentos, impugnações e pedidos de vistas aos autos**;
Já os recursos administrativos e contrarrazões devem ser manifestados através da plataforma www.compras.gov.br, nos termos consignados no presente edital.

21. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES E OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA:

1) PARA CADASTRAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), O LICITANTE DEVERÁ SE ATER AO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DEFINIDO AO PRESENTE CERTAME, CONFORME DEFINIÇÃO NO QUADRO DE RESUMO CONSTANTE DO INÍCIO DESTE EDITAL, PODENDO SER: POR LOTE (GRUPO) OU POR ITEM. NO PRESENTE CASO, CONSIDERANDO A ADEQUAÇÃO DA PLATAFORMA PARA FINS DE UTILIZAÇÃO DO ITEM COMO LOTE, O VALOR UNITÁRIO A SER OFERTADO SERÁ AQUELE TAMBÉM CORRESPONDENTE AO TOTAL GLOBAL DO LOTE.

2) O presente edital se apresenta em duas partes (parte específica e parte geral), onde, na parte específica serão disciplinadas as definições singulares do objeto, qualificação técnica específica, peculiaridades e demais disposições do julgamento. Já na parte geral teremos as demais condições e entendimentos padronizados relativos ao procedimento.

3) existindo divergência entre as informações constantes da parte específica (quadro resumo) e dos demais campos do edital e seus anexos (parte geral), prevalecerão as informações constantes da parte específica.

4) Havendo discrepância entre os textos constantes do edital e seus ANEXOS, inclusive quanto a especificação dos produtos, unidades e demais detalhamentos ante aqueles constantes da plataforma **compras.gov.br** prevalecerão as informações constantes do edital e seus ANEXOS.

5) Todas as normativas complementares e regulamentadoras das contratações públicas desse município são partes integrantes desse instrumento, independentemente de estarem anexados.

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.006/2026 PE

PARTE GERAL

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ**, por meio da Agente de Contratação, ora denominada de Pregoeira, designada pela Portaria 0501004/2026 de 05 de janeiro de 2026 por ordem da(s) autoridade(s) competente(s) deste processo as quais constam acima relacionadas, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO**, em formato **ELETRÔNICO Nº 15.006/2026 PE**, do tipo e critério de julgamento assinalados no quadro resumo acima, do modo e nas condições fixadas no quadro de resumo inicial, a ser realizado em sessão pública por meio de comunicação via internet, através do endereço eletrônico www.compras.gov.br, e que dará início aos procedimentos de abertura e análise das propostas de preços, formalização de lances, análise e verificação dos documentos de habilitação e demais procedimentos atinentes ao processo, tudo mediante as condições estabelecidas e exigências previstas no presente Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nas demais normas complementares.

A parte geral do presente edital é subdividida em duas outras partes, conforme a seguir apresentadas:

SUBPARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

SUBPARTE B – ANEXOS

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO II – Termo de Referência e seus anexos;
ANEXO III – Modelo da Proposta de Preços;
ANEXO IV – Minuta do Contrato.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, ÓRTESES, PRÓTESES E DEMAIS MATERIAIS ESPECIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO HOSPITAL GERAL MANOEL ASSUNÇÃO PIRES DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ/CE**, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA, constante do anexo II do Edital.

2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

- 2.1. A disputa do presente procedimento licitatório terá o seguinte trâmite, em fases distintas:
 - 2.1.1. Credenciamento na plataforma Compras.gov.br;
 - 2.1.2. Recebimento das “Propostas de preços” e “Documentos de Habilitação” via sistema;
 - 2.1.3. Abertura das Propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
 - 2.1.4. Lances, aplicação do direito de preferência e critérios de desempate;
 - 2.1.5. Negociação, se for o caso;
 - 2.1.6. Amostras, se for o caso;
 - 2.1.7. Apresentação de propostas ajustadas, se for o caso;
 - 2.1.8. Fase de aceitabilidade das propostas;
 - 2.1.9. Habilitação do proponente melhor classificado;
 - 2.1.10. Recursos;

2.1.11. Homologação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.1.1. Quaisquer interessados na forma de **PESSOA JURÍDICA** que:

3.1.1.1. Esteja regularmente estabelecida neste País, credenciados junto ao portal de compras do Governo Federal, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Aquiraz e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor e deste edital;

3.1.1.2. Possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo, ainda, cumprir a legislações próprias quanto à forma constituição do tipo de empresa;

3.1.1.3. Possua registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação. A proponente que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação;

3.1.1.4. Constituídas na forma de cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei 14.133/2021 e da legislação específica correspondente, mediante declaração em campo próprio do sistema, quando o edital assim permitir;

3.1.2. Tratando-se de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do **compras.gov.br** o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

3.1.3. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, caso contratada, será a responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 em razão da presente contratação.

3.1.4. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus ANEXOS, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, ficando, desde já, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, restando excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido do acesso e manuseio do plataforma, ainda que por terceiros.

3.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.2.1. O autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.2.2. Empresas que não se enquadrem na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, quando se tratar de licitação exclusiva;

3.2.3. O responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. Empresas reunidas em consórcio;

3.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.6. Instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário).



3.2.7. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Aquiraz, tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que estejam cadastradas positivamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

3.2.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.10. Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.11. Que não tenham providenciado o credenciamento junto ao SICAF e aos demais requisitos da plataforma eletrônica de julgamento.

3.2.12. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador.

3.2.13. Os interessados que se encontrem em processo de falência decretada ou em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.

3.2.14. *É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos do acórdão nº 1.201/2020 do TCU.*

3.2.15. Empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

3.2.16. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

3.2.17. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1 e 3.2.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4. DISPOSIÇÕES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO PROPONENTE NO CURSO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

4.1. O proponente interessado na participação da presente licitação fica OBRIGADO a:

a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas a plataforma eletrônica COMPRASNET, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o processamento e julgamento do certame;

b) Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta na plataforma eletrônica COMPRASNET, sem qualquer falseamento da verdade;

c) Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus ANEXOS;

- d) Manter-se logado (online) ao COMPRASNET, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados da Pregoeira via CHAT;
- e) Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no COMPRASNET;
- f) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
- g) Não cometer fraude fiscal;
- h) Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente(s);
- i) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de propostas, lances e/ou documentos;
- j) Não indicar, para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica no COMPRASNET;
- k) Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e e-mail;
- l) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- m) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item 3.2 deste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.

5.1. Os interessados aptos à participação do presente procedimento licitatório deverão providenciar o cadastramento do proponente junto a Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br.

5.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ** ou ao COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal na plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.

6.1. Obrigatoriamente, os documentos deverão ser da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

6.2. Cada proponente deverá apresentar através do sistema COMPRAS.GOV.BR os documentos exigidos inicialmente, sendo:

- a) a Proposta de Preços e seus ANEXOS;
- b) os Documentos de Habilitação;

6.3. Os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões *.doc, *.xls, ou *.pdf.

6.4. Os documentos comprovadamente apresentados em formato corrompido ou incompatível com a versão sistêmica operada, poderão ser solicitados mediante nova anexação, por parte da Pregoeira, ficando a critério deste(a), de acordo com o caso concreto, realizar tal solicitação, a fim de que se façam as elucidações necessárias ao pleno julgamento.

6.5. É dever da proponente atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. FORMALIDADES QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA:

7.1.1. A Proposta de Preços Inicial, sob pena de desclassificação, será aquela cadastrada exclusivamente pela plataforma do COMPRAS.GOV.BR, caracterizando o objeto, o item proposto e a marca/modelo, nos campos discriminados pela própria plataforma.

7.1.2. Não se faz necessário a inserção do detalhamento dos itens, assim como, a anexação de proposta "em arquivo" juntamente com o cadastramento da proposta inicial. O proponente deverá realizar o preenchimento da proposta de acordo com as informações disponíveis na plataforma, a qual terá conformidade com o Termo de Referência – anexo II do Edital.

7.1.3. A proposta de preços inicial servirá para fins de verificação das condições da proposta, bem como, para realização de comparativo ante a proposta de preços final (consolidada), o qual, encontrada divergência entre as mesmas, salvo quanto a redução dos preços em virtude dos lances ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.

7.2. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.2.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual a plataforma eletrônica COMPRASNET de cada proponente, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.

7.2.2. Nos termos do art. 63, da Lei 14.133/2021, e considerando a regulamentação contida no art. 26, do Decreto nº 10.024/2019, o proponente DEVERÁ, OBRIGATÓRIA E PREVIAMENTE, registrar sua proposta de preços (inicial) na plataforma do COMPRASNET, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

OBSERVAÇÃO: RECOMENDA-SE que também seja anexada junto ao SICAF (ferramenta integrante do COMPRASNET), no momento do cadastramento de sua proposta de preços inicial, todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos para fins de julgamento do certame, observadas as exigências contidas no edital.

7.2.3. As informações quanto a marca e modelo, se for o caso, e demais especificidades particulares da proposta de preços cadastrada na plataforma, assim como, os documentos habilitação, caso anexada, do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.2.4. Até a abertura da sessão do certame, o proponente poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos a habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.

7.2.5. Nenhuma proposta de preços ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada à Pregoeira por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e consequente desclassificação.

7.2.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo proponente, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento.

7.2.7. O proponente deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais

como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

7.2.8. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o proponente, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.2.9. No momento do cadastro da proposta deverá o proponente realizar as seguintes DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso):

7.2.9.1. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

7.2.9.2. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus ANEXOS, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

7.2.9.4. que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.2.9.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

7.2.9.6. no caso de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

7.2.9.7. que o objeto será executado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

7.2.10. As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pela Pregoeira na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação.

7.2.11. A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no item anterior sujeitará o proponente às sanções administrativas previstas no item 15 deste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

7.2.12. Para cadastramento da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido ao presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início deste edital, POR LOTE. Em ambos os casos, ao oferecer proposta e ofertar os lances no sistema COMPRAS.GOV.BR o valor a ser observado pelo fornecedor refere-se ao PREÇO UNITÁRIO DO ITEM.

7.2.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá, quando do cadastramento da proposta, parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

7.2.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 00,01 (um centavo) do valor estimado da contratação conforme anexo II deste Edital; e

7.2.15. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

7.3. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.3.1. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.3.1.1. O registro de proposta de preços eletrônica, seja ela inicial ou final, vinculada ao presente certame implica, independente de declaração expressa, na(o):

- aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS;
- garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- compromisso do proponente para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (anexo II);

d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;

e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus ANEXOS;

f) obrigação de participar ativamente do certame (ON-LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pela Pregoeira.

7.3.2. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o proponente deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos itens constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRASNET), as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de formulação da proposta de preços, os dados e especificações serão sempre aquelas constantes do Termo de Referência (anexo II).

7.3.3. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

7.4. DOS PREÇOS, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

7.4.1. O cadastro da proposta/encaminhamento pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na plataforma eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta de Preços e lances.

7.4.2. Não será possível a oferta de quantidades inferiores às previstas no TERMO DE REFERÊNCIA anexo ao edital.

7.4.3. Os preços constantes da Proposta de Preços do proponente deverão conter apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

7.4.4. Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo do bem cotado.

7.4.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4.5. Os preços propostos e a proposta de preços em si são de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei, salvo nos casos nitidamente verificados e atestados pela Pregoeira que, dentro da situação concreta, poderá agir no sentido de prospectar maior celeridade e eficiência ao julgamento.

7.4.6. Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das Propostas de Preços, devendo a Pregoeira proceder às correções necessárias.

7.4.7. Havendo discrepância entre a especificação dos itens do edital e seus ANEXOS e aquelas lançadas no sistema, prevalecerão as especificações do edital e seus ANEXOS.

7.4.8. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no MAPA DE PREÇOS presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do Mapa de Preços; o preço unitário dos itens deverá ser inferior ou igual àquele limite.

7.4.9. Caso não seja realizada a disputa de lances, a proponente que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado. Nesse contexto, estando a proposta inicial inferior ao estimado, a mesma deverá ser considerada.

7.4.10. Caso o proponente vencedor da cota reservada seja o mesmo vencedor da cota de ampla participação, inclusive nos casos na situação anterior, este deverá realizar a adequação dos preços unitários para o menor valor ofertado.

7.4.11. O critério de julgamento do processo licitatório será aquele constante da parte específica do procedimento.

7.4.12. Não serão adjudicadas propostas de preços com valores unitários superiores à média dos preços unitários e totais estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no TERMO DE REFERÊNCIA.

7.4.13. O prazo de validade da Proposta de Preços não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação, conforme Art. 48, § 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019. Caso a

proponente não informe em sua Proposta de Preços o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

7.4.14. A Pregoeira visando o atendimento a ampliação do princípio da competitividade, bem como, munido da utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o saneamento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada).

7.4.15. Será desclassificada a Proposta de Preços apresentada em desconformidade com este item.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os interessados na forma do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referência (anexo II-B) do edital, a serem anexados junto ao cadastro do SICAF ou, através da plataforma COMPRAS.GOV.BR, quando da solicitação por parte da Pregoeira, os quais serão analisados pela Pregoeira quanto a sua autenticidade, veracidade, conteúdo, forma e o seu prazo de validade.

OBSERVAÇÃO: Para fins de definição quanto ao marco da análise dos documentos de habilitação deverá ser considerada como referência para validade dos documentos a data de abertura do certame, ainda que a convocação para apresentação dos documentos seja realizada em momento posterior a abertura, nos termos do art. 63 e 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

No que concerne a regularidade fiscal e trabalhista, o marco para apresentação, análise e validade desses documentos será a data fixada para a apresentação dos documentos, ainda que em momento posterior a abertura, nos termos do inciso III do art. 63.

8.2. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para a abertura do certame.

8.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original, com sua validade para a data da sessão, inclusive em formato eletrônico, contendo os dados para fins de validação, ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade. Os documentos serão preferencialmente assinados em formato eletrônico, através de meio digital, desde que possuam possibilidade de verificação de conformidade, nos termos regulados pelo ICP-Brasil.

8.4. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal, social e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação por parte do (a) Pregoeiro (a), para a regularização do (s) documento (s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

8.5. A não comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao (à) Pregoeiro (a) convocar as proponentes remanescentes, por ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.7. Será inabilitado o proponente que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdo e forma.

8.8. Nos itens/lotos não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.9. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.10. A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

8.11. A critério(a) da Pregoeira, caso haja disponibilidade "on-line" e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

8.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor.

9. DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

9.1.1. O Pregão será do tipo Eletrônico o qual será realizado em sessão pública por meio da plataforma COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações).

9.1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE, agente de contratação denominado como Pregoeira.

9.1.3. O proponente poderá enviar as informações da Proposta de Preços e documentos de habilitação e participar da disputa através da plataforma eletrônica.

9.1.4. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do proponente direto ou do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados as condições e limites de data e horário estabelecidos neste Edital.

9.1.5. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira designada ao respectivo procedimento administrativo, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

9.1.6. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário ou em outra data a ser fixada na plataforma pelo agente de contratação denominado como Pregoeira.

9.1.7. A comunicação entre a Pregoeira e os proponentes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio da plataforma eletrônica (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pela Pregoeira e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.

9.1.8. Cabe ao PROPONENTE acompanhar as operações na plataforma eletrônica COMPRASNET, cadastrar a PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL, anexar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, registrar os LANCES, anexar a PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA), os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, se for o caso, e PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.1.9. A não anexação ou envio da proposta de preços e documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus ANEXOS), bem como a não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento em relação à questão suscitada pela Pregoeira, além de possibilitar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.

9.1.10. Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva ATA DA SESSÃO, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.1.11. Na hipótese de ocorrer desconexão da Pregoeira no decorrer da Sessão e a plataforma eletrônica permanecer acessível aos proponentes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

9.1.12. No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente 24h (vinte e quatro horas) após comunicação expressa aos participantes, por meio da plataforma eletrônica no sítio www.compras.gov.br (COMPRASNET).

9.1.13. Cabe ao proponente acompanhar continuamente os documentos, pareceres e atos divulgados ou disponibilizados por meio do Portal de Licitações do TCE/CE.

9.1.14. Havendo necessidade, a Pregoeira poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando na plataforma eletrônica COMPRASNET a nova data e horário para a sua continuidade.

9.1.15. Em face do horário, poderá a Pregoeira estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

9.2. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

9.2.1. A Pregoeira realizará previamente a sessão eletrônica, a configuração quanto a operacionalização do julgamento na plataforma, informando o período para análise da(s) proposta(s) de preços inicial(is), a quantidade máxima de itens e ou lotes a serem disputados simultaneamente, dentre outros parâmetros relativos à disputa.

9.2.2. A partir do horário estabelecido no quadro resumo (parte específica do edital) terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas de Preços iniciais cadastradas, passando a Pregoeira a avaliar sua aceitabilidade.

9.3. DA ACEITABILIDADE E ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAIS.

9.3.1. Antes da etapa de disputa, a Pregoeira verificará preliminarmente as propostas de preços iniciais registradas eletronicamente no sistema e DESCLASSIFICARÁ, por despacho fundamentado, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (e seus ANEXOS), respeitados os limites das informações disponíveis antes da fase competitiva.

9.3.2. Poderá ser DESCLASSIFICADA a proposta de preços inicial cadastrada no COMPRASNET que de alguma forma se identificar, tendo em vista o potencial de quebra do sigilo da proposta.

9.3.3. Não será aceita proposta que indique quantidade inferior àquela exigida no Termo de Referência (anexo II).

9.3.4. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.5. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.6. Somente os proponentes com propostas julgadas conformes com as exigências formais do Edital (e seus ANEXOS) participarão da fase competitiva ou de disputa de lances, havendo a ordenação automática das propostas pela plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.3.7. Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, a Pregoeira DECLARARÁ o certame DESERTO.

9.3.8. Caso todas as propostas cadastradas retem DESCLASSIFICADAS, a Pregoeira DECLARARÁ o certame FRUSTRADO.

9.4. DA FASE DE LANCES

9.4.1. A fase de lances poderá ocorrer sob o formato de disputa em modo “aberto” ou “aberto fechado”, conforme assinalado no quadro resumo constante do início do edital, devendo o licitante atentar-se quanto ao formato definido, observando, ainda:

9.4.2. DO MODO DE DISPUTA ABERTO:

9.4.2.1. No modo de disputa “ABERTO”, de que trata este edital, os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, observados os seguintes procedimentos:

a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará DEZ MINUTOS e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos ÚLTIMOS DOIS MINUTOS do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item acima, será de DOIS MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.

d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a Pregoeira poderá admitir mediante justificativa o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do fomento a disputa ou do melhor preço, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.4.3. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE OS LANCES:

9.4.3.1. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta de preços inicial. Em seguida os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4.3.2. Para efeito de lances, o proponente deverá considerar o valor unitário do item.

9.4.3.3. Os proponentes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro(s) proponente.

9.4.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 00,01 (um centavo), conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.4.3.5. Durante a sessão pública de disputa, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances à Pregoeira nem aos demais participantes.

9.4.3.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

9.4.3.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do proponente se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva.

9.4.3.8. Os lances serão ofertados item/lote a item/lote, conforme critério de julgamento definido, podendo, contudo, a Pregoeira realizar a abertura de mais de um item/lote de forma simultânea.

9.4.3.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.4.3.10. Quando o preço do item/lote ofertado resultar em um valor que possua mais de 02 (duas) casas decimais, serão consideradas apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais (centavos), devendo a Pregoeira e o proponente vencedor proceder às adequações de preço necessárias, inclusive por ocasião da entrega Proposta de Preços final consolidada.

9.4.4. Na hipótese de a plataforma eletrônica desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.4.5. Quando a desconexão da plataforma eletrônica para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.4.6. Na hipótese dos itens 9.4.4 e 9.4.5, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.4.7. Caso o proponente não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.4.8. O Sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

9.4.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de ~~exclusiva~~ e total responsabilidade de cada proponente, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

9.4.10. Durante a etapa de disputa de lances, a Pregoeira poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexecutível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao proponente, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

9.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

DIREITOS DE PREFERÊNCIA

9.5.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no caput do art. 60º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

9.5.2. Em relação aos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº123, de 2006.

9.5.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 9.5.1, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Nessas condições, as propostas de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.5.4. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.5.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais proponentes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

9.5.7. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pela plataforma eletrônica dentre as propostas empatadas.

9.5.8. Na hipótese de nenhum dos proponentes exercerem o direito de preferência nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

9.5.9. Verificação das condições quanto ao tratamento diferenciado:

9.5.9.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a Pregoeira poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/>), seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", bem como no Portal da Transparência dos Municípios do Estado do Ceará (<http://municipios.tce.ce.gov.br/transparencia/>), para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei

Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.5.9.2. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.5.9.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolem o limite legal, a Pregoeira indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do proponente, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusado lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.5.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que ocorra a aplicação dos CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DIREITO DE PREFERÊNCIA fixados no art. 60, caput e seu § 1º, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente, deverá ser obedecida as seguintes regras:

a) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os proponentes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos proponentes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pelo proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital proponente ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. Empresas brasileiras;
- III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

c) As regras previstas nas alíneas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.6. DA NEGOCIAÇÃO:

9.6.1. Apurada a proposta/lance classificado em primeiro lugar, a Pregoeira poderá encaminhar, pela plataforma eletrônica, contra proposta ao proponente para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

9.6.3. Após a negociação do preço, a Pregoeira solicitará a proposta de preços final (consolidada) devidamente esboçada do(s) proponente(s) vencedor(es).

9.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA):

9.7.1. Encerrada a fase de lances e ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar proposta de preços final (consolidada), devidamente assinada, com os preços atualizados, no prazo máximo de até **02 (duas) horas**, contado da solicitação da Pregoeira no sistema.

9.7.2. Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério da Pregoeira ou a pedido da autoridade competente, caso este constate a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

9.7.3. A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos mesmos padrões e formalidades exigidas no modelo de proposta de preços.

9.7.4. A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item ao novo valor proposto, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação, podendo, a Pregoeira confrontá-la ante a proposta de preços (inicial).

9.7.5. Caso não seja possível o enquadramento do último valor global ofertado para o Item e ou lote/grupo quando da formulação da proposta de preços final (consolidada) a proponente poderá fazer as devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

9.7.6. A proposta de preços final (consolidada) deverá possuir redução proporcional ao lance ofertado em todos os Itens e ou lotes/grupos, conforme critério de julgamento definido.

9.7.7. Excepcionalmente, a Pregoeira poderá aceitar redução divergente a que trata este subitem, desde que motivada por fatores justificáveis e devidamente comprovados.

9.7.8. A proponente deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.

9.7.9. A qualquer momento, a Pregoeira poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Aquiraz ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

9.7.10. Será DESCLASSIFICADA, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens 9.7.3 e 9.7.4 deste Edital:

- a) Deixar de comprovar requisito para fins de exercício de DIREITO DE PREFERÊNCIA (se for o caso);
- b) Deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital (e seus ANEXOS) que prejudiquem a Avaliação da qualidade do objeto proposto;
- c) Indique objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade e às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II);
- d) Não contenha a quantidade numérica e unidade exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II).

9.7.10.1. Será CLASSIFICADA/ACEITA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II).

9.7.10.2. Se a proposta for DESCLASSIFICADA, a Pregoeira examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

9.7.10.3. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, a critério da Pregoeira ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pela Pregoeira, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

9.7.10.4. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, a Pregoeira poderá:

- a) Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- b) Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;
- c) Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos ANEXOS, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

d) Realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

9.7.10.5. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de a Pregoeira passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

9.7.11. CASO A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA SEJA ACEITA, O SISTEMA ABRIRÁ O PRAZO DE 15 (QUINZE) MINUTOS PARA RECURSO. DURANTE ESSE PERÍODO QUALQUER LICITANTE PODERÁ, DE FORMA IMEDIATA, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, MANIFESTAR SUA INTENÇÃO DE RECORRER COM REGISTRO ISTO É, INDICANDO CONTRA QUAL(IS) DECISÃO(ÕES) PRETENDE RECORRER E POR QUAL(IS) MOTIVO(S).

9.8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

9.8.1. Da exequibilidade do lance ou proposta de preços:

9.8.1.1. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.8.1.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor (quando se tratar de critério por maior desconto) do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.8.1.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do art. 59, inc. III, Lei nº 14.133/2021 para permitir ao proponente demonstrar a exequibilidade de seu preço.

9.8.1.4. Considerar-se-á inexequível a proposta que:

a) Não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

a.1) Para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;
- Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; Estudos setoriais;
- Consultas às Secretarias de Fazenda federal, distrital, estadual ou municipal;
- Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

b) Apresentar preço final inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art.52, do Decreto Municipal 101/2023, de 07 de dezembro de 2023.

9.8.2. Será considerada inexequível a proposta de preços que não tiver a sua exequibilidade comprovada e, ainda, a que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e

instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

9.8.3. Da convocação para apresentação de documentos complementares a proposta de preços:

9.8.3.1. A Pregoeira poderá convocar o proponente para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade como TERMO DE REFERÊNCIA, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

9.8.3.3. O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.8.3.4. Se a proposta de preços final (consolidada) da proponente vencedora for desclassificada, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, inclusive quanto aos tramites afeitos a negociação, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.8.3.5. Nos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.8.3.6. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.8.3.7. A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9.9. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

9.9.1. Encerrada a etapa de disputa de lances e envio de proposta de preços final (consolidada), a Pregoeira verificará o cumprimento das condições de participação, realizando as seguintes consultas/diligências necessárias, a partir da ordem de classificação e apenas em relação à(s) proponentes mais bem classificada(s) por item e ou lote/grupo:

a. Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc.) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www.compras.gov.br>;

b. Cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

c. Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil;

d. Consulta ao site do Tribunal Superior do Trabalho para fins de identificação da eventual existência de condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e. Verificação de que o proponente esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.1 deste Edital;

f. Verificação de que o proponente não esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.2 deste Edital;

9.9.2. Não cumpridas quaisquer das condições de participação, a Pregoeira desclassificará a proposta do proponente, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.10. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.10.1. Estando o(s) proponente(s) classificados, a Pregoeira o convocará em ordem de classificação, via COMPRASNET, caso não já tendo sido anexada junto ao SICAF no instante de cadastro da proposta de preços inicial (nos termos previstos na observação do subitem 7.2 deste Edital), para fins de encaminhamento/anexação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, por meio da opção "ENVIAR ANEXO", no prazo de até 02h (duas horas), contados a partir da convocação da Pregoeira, podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério da Pregoeira, observadas as regras contidas nos itens 05, 07 e 08 deste Edital.

9.10.2. Os documentos de habilitação apresentados deverão atender ao disposto na observação do item 8.1 deste edital.

9.10.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

OBSERVAÇÃO: Conforme entendimento firmado pelo TCU, originário do Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, a vedação no art. 64 da Lei 14.133/2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao COMPRASNET no momento oportuno, de forma que PODERÁ a Pregoeira diligenciar para permitir tal COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS).

9.10.4. Os documentos necessários a Habilitação do(s) proponente(s) classificado(s) serão os definidos no Termo de Referência (anexo II-B).

9.10.5. A verificação será procedida de acordo com o rito estabelecido no item 9.10.1, deste edital.

9.10.6. Será acessado o banco de dados do SICAF, para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, verificando-se a habilitação parcial de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

9.10.7. Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e/ou documentos diversos como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

9.10.8. Caso o licitante não esteja regularmente cadastrado no SICAF ou esteja com alguma certidão com prazo de validade vencido, poderá a Pregoeira e/ou a equipe de apoio realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.

9.10.9. A Pregoeira poderá solicitar subsídio técnico à unidade técnica Demandante ou ao Órgão Interessado do procedimento, bem como, aos setores técnicos especializados, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira em relação às exigências contidas no edital (e seus anexos).

9.10.10. Será INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no termo de referência deste Edital;
- b) apresentar CERTIDÃO ou outro documento com prazo de validade vencido;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item 9.10.1 e 9.10.2 do edital;
- d) não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- e) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

9.10.11. Sendo o licitante Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.

b) será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.

c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

9.10.12. No julgamento da habilitação, poderá a Pregoeira adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

9.10.13. ACEITA A CONFORMIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO O SISTEMA ABRIRÁ O PRAZO DE 15 (QUINZE) MINUTOS PARA RECURSO. DURANTE ESSE PERÍODO QUALQUER LICITANTE PODERÁ, DE FORMA IMEDIATA, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, MANIFESTAR SUA INTENÇÃO DE RECORRER COM REGISTRO ISTO É, INDICANDO CONTRA QUAL(IS) DECISÃO(ÕES) PRETENDE RECORRER E POR QUAL(IS) MOTIVO(S).

9.11. DA FASE DE RECURSOS:

9.11.1. A intenção de recorrer por parte do licitante será sedimentada a cada fase do certame, seja quando do julgamento das propostas de preços ou quando da fase de habilitação.

9.11.2. Compete ao licitante interessado realizar o acompanhamento dos trabalhos e informações constantes da plataforma, assim como, observar as decisões e informações do "chat" do certame se posicionando oportunamente e, se for o caso, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER correspondente a cada fase possibilitada, em campo próprio do sistema, no momento e prazo estabelecido e informado pela Pregoeira.

9.11.3. A ausência da intenção de recurso na fase correspondente, correspondente a preclusão do direito do licitante e implica na impossibilidade de apresentação de memoriais recursais, assim como, da apreciação meritória das razões de recurso

9.11.4. em momento posterior.

9.11.5. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, a Pregoeira não fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, de modo que a intenção será aceita automaticamente pelo sistema.

9.11.6. Somente serão conhecidos e analisados os recursos os quais tenham havido o registro da intenção de recurso na fase correspondente.

9.11.7. Após declarado vencedor, desde que registrado a intenção em momento anterior conforme referenciado nos subitens anteriores, será estabelecido na plataforma o prazo para apresentação dos memoriais recursais e prazo de contrarrazões.

9.11.8. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pela Pregoeira ou pela autoridade competente a qual resultou em deliberação ao julgamento, durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

9.11.9. A recorrente a qual tiver intencionado em momento oportuno terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para apresentar os memoriais contendo as razões recursais, obrigatoriamente por meio de registro no sistema e, havendo imagens, ilustrações e demais informações que eventualmente não suportadas pela plataforma, também deverão ser enviados via e-mail constante do quadro resumo deste edital.

9.11.10. Protocoladas as razões recursais na plataforma, ficam os demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e e-mail, no caso da situação anterior, em igual prazo, que começará a correr do momento do protocolo das razões recursais da Recorrente.

9.11.11. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.11.12. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, a Pregoeira deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

9.11.12.1. reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,

9.11.12.2. manter inalterada a decisão recorrida.

9.11.12.3. baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento, solicitar informações, parecer técnicos ou demais informações da área técnica interessada/responsável e/ou jurídico para fins de proclamação de decisão, sobretudo quando o mérito recursal não versar sobre ato, decisão ou incumbência as quais não são de competência da Pregoeira.

9.11.13. Caso não haja a reconsideração total do ato ou decisão adotada, os memoriais de razões recursais deverão ser submetidos, depois de devidamente instruído pela Pregoeira, à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente do procedimento:

9.11.13.1. decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão da Pregoeira.

9.11.13.2. determinar prévia emissão de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

9.11.14. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando, portanto, a adjudicação do objeto e homologação do certame.

9.11.15. A critério da Pregoeira ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

9.11.16. Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

9.11.17. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame e explanação dos atos decorrentes da decisão.

9.11.18. No caso de licitações com julgamento por item e/ou por grupo/lote, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo/lote(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação, através de adjudicação ou homologação parcial.

9.12. SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO:

9.12.1. À Pregoeira é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na plataforma eletrônica. Neste caso, a sessão terá continuidade a qualquer dia e hora, ficando a cargo da Pregoeira realizar o devido agendamento prévio na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.12.2. A Pregoeira, a qualquer tempo, na análise das propostas de preços e seus ANEXOS, das amostras, quando houver, e dos documentos de habilitação, poderá solicitar outros documentos, pareceres técnicos e/ou suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões. Neste caso, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e será reiniciada somente decorrida **24h (vinte e quatro) horas** após a comunicação do prosseguimento aos participantes, a qual serão informados na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.12.3. A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a **24h (vinte e quatro) horas**, em relação ao(s) ITEM(NS) e/ou GRUPO/LOTE(S) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;

c) Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, não havendo CADASTRO DE RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;

d) Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas com restrição da habilitação fiscal, social e trabalhista que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

e) Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

9.12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados na plataforma eletrônica COMPRASNET a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:

a) A convocação se dará por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados cadastrais contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados; e,

c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do Quadro de Avisos e Publicações e Portal de Licitações do TCE/CE, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

9.12.5. A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

9.13. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:

9.13.1. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os proponentes participantes, as Propostas de Preços e lances verbais sucessivos, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio.

9.13.2. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, será feita pela autoridade competente a adjudicação do objeto desta licitação ao proponente declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) Para as publicações quanto resultados do certame, instrução do feito e deliberações quanto aos proclames de julgamento;

b) À Assessoria Jurídica, para fins de análise e parecer jurídico;

c) E depois à(s) autoridades(s) competentes para adjudicação e homologação e subsequente formalização de Contrato(s).

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Ultrapassada a fase de recursos administrativos, a Pregoeira encerrará a sessão encaminhando os autos para a autoridade competente a qual adjudicará e homologará o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

a) Adjudicar e homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;

b) Anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,

c) Revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

d) Não havendo homologação do certame após decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

10.3. A adjudicação e ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO /PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO-ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS	SUBELEMENTO
1502	10 302 0009 2.092	Gestão do Hospital Municipal Manuel Assunção Pires	1500100200 1600000000 1621000000	3.3.90.30.00	3.3.90.30.3 6
1501	10 303 007 2.087	Atendimentos a Pessoas Reconhecidamente Carentes e por Decisão Judicial	1500100200	3.3.90.32.00	3.3.90.32.3 6

12. PRAZO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E LOCAL

12.1. Os produtos deverão ser entregues no(a) **ALMOXARIFADO CENTRAL**, no endereço: CE Km 32 - Lot. Mirante do Rio, Aquiraz – CE, devidamente designado na **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, emitida pelo órgão demandante, no âmbito do Município de Aquiraz/CE.

12.2. Forma de entrega, acompanhamento e fiscalização da entrega

12.3. O fornecimento dos produtos licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas de **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, pelo órgão demandante, constando a relação e a quantidade de itens a serem entregues.

12.4. A entrega dos itens será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

12.5. A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

12.6. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.

12.7. Os produtos deverão ser entregues em até **15 (QUINZE) DIAS**, a contar da emissão da **Ordem de Compra/Nota de Empenho**, que será enviada à contratada através de e-mail ou outro meio que comprove o seu recebimento.

12.8. A demanda correspondente a **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO** deverá ser entregue em remessa única.

13. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57

- 13.1** A Administração convocará o adjudicatário para assinatura, mediante correspondência a meio eletrônico ou publicação no Quadro de Avisos e Publicações, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 13.3** O prazo de vigência da contratação será aquele estipulado no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 13.4** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 13.5** Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos termos do parágrafo único art. 61 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

14. DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO

14.1. As condições de pagamento, obrigações, detalhamentos e demais especificidades quanto ao objeto e não abordados na parte geral desse edital, serão aquelas constantes do TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

15.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar amostra;
 - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar do contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.3. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, após regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no TERMO DE REFERÊNCIA, das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos



k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

15.4. Nas condutas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 15.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

15.6. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pela Pregoeira ou por qualquer outro servidor o qual presencie o cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Assessoria Jurídica para a devida apuração.

15.7. As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

15.8. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (“e-mail”) declarado ou apresentado nos documentos do processo.

15.9. A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (“e-mail”) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do município de Aquiraz/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

15.10. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

15.11. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

15.12. O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar no cancelamento do registro de preços do Fornecedor.

15.13. Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o Fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência da Ata.

15.14. A multa, calculada na forma do Anexo II –TERMO DE REFERÊNCIA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

15.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.16. Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

15.17. O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15.18. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.19. A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.20. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

15.21. Serão indeferidas pela Comissão de PAAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.22. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

15.23. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor da ata, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, TERMO DE REFERÊNCIA, ou contrato, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

15.24. Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

15.25. No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

15.26. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

16. FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. As proponentes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais proponentes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva":

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

17. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

17.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços, solicitar esclarecimento e ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

17.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.3. Impugnação feita tempestivamente pelo proponente não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

17.4. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou Impugnações mediante petição em meio digital, bem como, acompanhados dos documentos comprobatórios a demandante, desde que devidamente protocolados via e-mail, informado no quadro de resumo deste edital, que preencham os seguintes requisitos:

17.4.1. O endereçamento a Pregoeira da Prefeitura de AQUIRAZ;

17.4.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada dentro do prazo editalício;

17.4.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

17.4.4. O pedido, com suas especificações;

17.5. A proponente deverá juntar cópia do ato constitutivo, bem como, documento de identificação (com foto) válido na forma da Lei do responsável legal pela mesma e, ainda, deverá apresentar prova de mandato, se for o caso.

17.6. A Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

17.6.1. Caberá a Pregoeira decidir e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.6.2. A resposta do Município de AQUIRAZ - CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela Administração no sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

17.6.3. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

17.6.4. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

17.6.5. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original.

DILIGÊNCIA, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

17.7. DILIGÊNCIA: Em qualquer fase do procedimento licitatório, a Pregoeira ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta ou da Habilitação, fixando o prazo para a resposta.

17.7.1. Os proponentes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.8. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: A autoridade competente para adjudicar/homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

18.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Pregoeira durante a sessão e pela(s) autoridade(s) competente(s), em outros casos, mediante aplicação do Decreto Municipal Nº 067, de 23 de agosto de 2023, da PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ e a Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

18.3. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

18.5. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de Aquiraz, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e no "chat" do www.compras.gov.br.

18.6. Quaisquer informações poderão ser obtidas das 08:00h às 12:00h, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de Aquiraz, situada na Rua da Integração, S/N, Centro, Aquiraz/CE, CEP: 61.700-000 ou através do telefone (85) 4062.8090 (ramal 9184).

18.7. O referido edital e seus ANEXOS estão disponíveis no seguinte sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br>, nos termos da IN 04/2015-TCM/CE.

18.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Aquiraz - CE.

Aquiraz/CE, 30 de abril de 2026.


MARIA BRENA ALVES DOS SANTOS COSTA
PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ/CE



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Nº 2025.12.23-27 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, ÓRTESES, PRÓTESES E DEMAIS MATERIAIS ESPECIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO HOSPITAL GERAL MANOEL ASSUNÇÃO PIRES DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ/CE.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART.18º, §1º, INCISO I DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A Secretaria de Saúde e o Hospital Geral Manoel Assunção Pires do Município de Aquiraz/CE enfrentam crescente demanda por cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais materiais especiais, essenciais para garantir autonomia, mobilidade e condições mínimas de dignidade a usuários em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, existe uma fila de espera formada por cidadãos que têm indicação clínica para o uso desses dispositivos, mas que não possuem condições financeiras para adquiri-los. A insuficiência do estoque municipal e hospitalar impede que essas necessidades sejam atendidas de forma tempestiva e integral.

A ausência desses itens impacta diretamente a capacidade dos serviços públicos de saúde e assistência social de promover inclusão, reabilitação e continuidade do tratamento de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou comprometimento funcional. Essa lacuna compromete a efetividade da política municipal de atenção à saúde e assistência, ampliando desigualdades e postergando o acesso a direitos sociais fundamentais previstos na Constituição Federal.

Diante desse cenário, a contratação torna-se imprescindível para garantir o atendimento regular e adequado da população, reduzir o tempo de espera para recebimento dos equipamentos e assegurar que pessoas em vulnerabilidade tenham condições de mobilidade e reabilitação adequadas. Ao suprir essa necessidade, o Município reforça o compromisso com o interesse público, com a promoção da cidadania e com a melhoria da qualidade de vida dos usuários atendidos pela rede de proteção social e de saúde.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

2.1.2. Número do Plano de Contratação Anual - PCA 2025: A(s) QFD(S) que embasam a presente solicitação foram extraídas do Plano de Contratação Anual - PCA para o exercício de 2025 de n.º **11426115000169-0-000001/2025**- Secretaria de Saúde.

2.2.2. Documentos de Formalização da Demanda - DFD's relacionadas ao objeto: A presente solicitação foi confeccionada com base na (s) DFD (S) de n.º **24.09.26.7AC-03 – SECRETARIA DE SAÚDE** e DFD (S) de n.º **24.09.26.B23-10 – HOSPITAL GERAL MANOEL ASSUNÇÃO PIRES**, constantes do Plano de Contratação Anual – PCA constante do item 3.2.1 deste documento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18º, §1º, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

a) Requisitos da contratação:

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



PREFEITURA DE
AQUIRAZ
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde



A contratação deverá observar requisitos técnicos, sanitários e operacionais compatíveis com o fornecimento de cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais materiais especiais destinados ao uso assistencial, incluindo a necessidade de atendimento às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, regularidade junto à ANVISA quando exigível, fornecimento de produtos novos e adequados ao uso clínico, bem como condições apropriadas de embalagem, transporte e entrega.

A exigência de garantia contra defeitos de fabricação será aplicada de forma não uniforme, restrita aos itens para os quais tal requisito seja previsto em suas especificações técnicas, conforme disciplinado no Termo de Referência.

b) Requisitos de habilitação:

3.2.1. Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos no art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/21, contudo, a relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.



[Handwritten signatures]

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



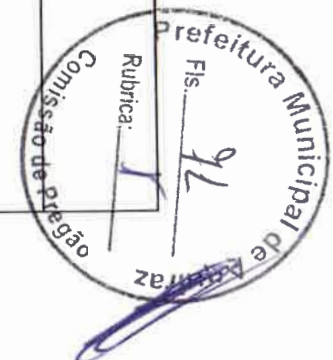
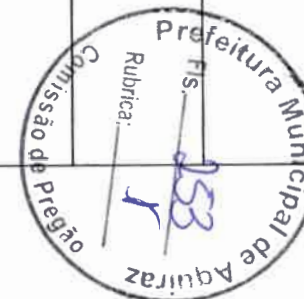
PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART.18º, §1º, INCISO IV DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

LOTE 1 - CADEIRAS DE RODAS/CARRINHO											
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2025	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2026	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2027	QTD TOTAL SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL 2025	QTD. HOSPITAL 2026	QTD. HOSPITAL 2027	QTD TOTAL HOSPITAL	VALOR TOTAL
1	CADEIRA DE RODAS ADULTA (DURALUMÍNIO) – 40 À 46CM DE LARGURA EM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ATRÁS 24", PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6"E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO ENTRE 40 À 44CM DE LARGURA, FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO .	UND	100	100	100	300	0	0	0	0	300





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

2	CADEIRA DE RODAS PADRÃO(AÇO CARBONO)- 40 CM A 44CM PROCIRURGICA FABRICADA EM AÇO CARBONO, COM ASSENTO/ENCOSTO EM NYLON, DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, APOIO PARA BRAÇOS E PÉS FIXOS, RODAS DIANTEIRAS ARO ENTRE 05" À 7" COM PNEUS MACIÇOS E RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS. LARGURA DO ASSENTO: DE 40 CM A 44CM . PROFUNDIDADE DO ASSENTO: ATÉ 44 CM. MED. MÍN. APROXIMADAS. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.	UND	400	400	400	1200	40	40	40	120	1320
3	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO 40CM, 42CM, 44CM E 46CM LARGURA: CONFECCIONADA SOB MEDIDA, EM TUBOS DE ALUMÍNIO, BASE FIXA METAL; BRAÇOS REMOVÍVEIS OU ESCAMOTEÁVEL, COM APOIO DE BRAÇOS; EIXOS DE REMOÇÃO RÁPIDA NAS RODAS; ENCOSTO COM ESTOFAMENTO 100% NYLON, OU COURO SINTÉTICO RESISTENTE, COM ALMOFADA DO ASSENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE DE ATÉ 6 CM DE ESPESSURA; COM OU SEM FAIXA TORÁCICA (5-7 CM); COM OU SEM CINTO PÉLVICO, COM OU SEM FAIXA PARA PANTURRILHA; PROTETOR	UND	30	30	30	90	0	0	0	0	90





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	LATERAL DE ROUPA REBATÍVEL COM ABAS; RODAS TRASEIRAS DE 24", SOBRE O ARO DE PROPULSÃO COM PINOS E PNEUS INFLÁVEIS; FREIO BILATERAL; RODAS DIANTEIRAS REMOVÍVEIS DE 5" À 6", COM PNEU MACICOS, COM ROLAMENTOS BLINDADOS NOS EIXOS; COM RODAS ANTI-TOMBOS OPCIONAL; APOIO PARA OS PÉS, SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. . GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.										
4	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO - 35CM, 40CM, 42CM E 44CM : CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15" À 17", RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5" A 7" COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE	UND	20	20	20	60	0	0	0	0	60





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

	BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE PEDAIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE MÉDIA DE 75KG.GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.										
5	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO OBESO - ADULTO: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; PINTURA EPÓXI; EIXOS REFORÇADOS DE AÇO ;ESTOFAMENTO DE ASSENTO ACOLCHOADO; ESTOFAMENTO DE ENCOSTO ACOLCHOADO; ALMOFADA DE 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE; ESTRUTURA DOBRÁVEL COM DUPLO "X" DE AÇO; RODAS TRASEIRAS COM PNEU INFLÁVEL DE 24 X 1.3/8"; BUCHAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS DE ALUMÍNIO; ARO DE IMPULSO EM ALUMÍNIO; RODAS DIANTEIRAS DE 6" COM PNEU MACIÇO; SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS 4 RODAS; FREIOS BILATERAIS; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS INCORPORADO AO APOIO DE BRAÇOS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS COM REGULAGENS DE ALTURA; PEDAL ELEVÁVEL E	UND	4	4	4	12	0	0	0	0	12



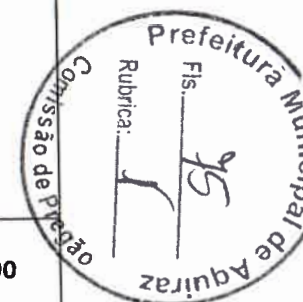
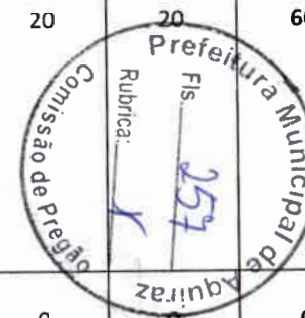


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

	REMOVÍVEL COM REGULAGEM DE ALTURA E ÂNGULO; APOIO DE PANTURRILHA REBATÍVEL; FAIXA DE CALCANHAR; APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE; RODAS ANTI-TOMBO; LARGURA DO ASSENTO: 46,48 E 50CM. COM CINTO TORÁCICO. CINTO ABDUTOR EM "Y". CINTO PÉLVICO. ABDUTOR DE PERNAS; CAPACIDADE DE MÉDIO DE 120 KG; GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.										
6	CADEIRA HIGIÊNICA ADULTO PADRÃO- COM ESTRUTURA TUBULAR FOSCA OU METÁLICA, PNEUS MACIÇOS, RODAS DIRECIONADAS ATRÁS, PNEUS DIANTEIROS DE 5" A 7", APOIOS PARA OS PÉS, LATERAIS FIXA OU REMOVÍVEL, ASSENTO SANITÁRIO COM ABERTURA FRONTAL, LARGURA DO ASSENTO ENTRE 40CM A 42CM. ENCOSTO EM NYLON, PUNHOS PARA CONDUÇÃO, CAPACIDADE DE PESO MÉDIA DE 110KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.	UND	300	300	300	900	20	20	20	60	960
7	CADEIRA DE RODAS INFANTIL 30CM E 35CM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ENTRE 16 À 20,	UND	30	30	30	90	0	0	0	0	90



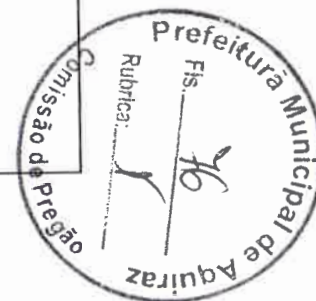


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

	PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6" E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO; FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE 70 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S./ANVISA.										
8	CADEIRA DE RODAS ADULTO - AÇO CARBONO -OBESO — COM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO; ASSENTO EM NYLON DUPLO REFORÇADO COM LONA E ENCOSTO EM NYLON DUPLO ALMOFADADO; DOBRÁVEL EM "X"; FREIOS BILATERAIS; APOIOS PARA OS BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS COM APOIO; APOIO PARA OS PÉS ARTICULADOS OU REMOVÍVEIS, COM ALTURA REGULÁVEL; RODAS DIANTEIRAS ARO DE 6" A 7" COM PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON INJETADO COM PNEUS ANTIFURO E ROLAMENTOS BLINDADOS DUPLO COM SISTEMA QUICK COM PLACA DE REGULAGEM HORIZONTAL; BARRA DE REFORÇO NO QUADRO E CAIXA DE ROLAMENTO, GARFO EM ALUMÍNIO; PINTURA EPÓXI. MEDIDAS	UND	120	120	120	360	10	10	10	30	390



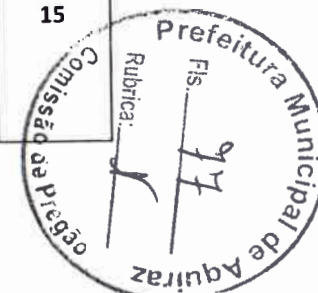
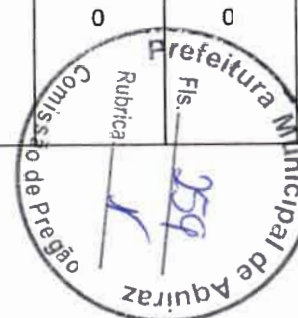


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

	APROXIMADAS: LARGURA DO ASSENTO: DE 48CM A 55CM; ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: ATÉ 48 A 54 CM. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE ATÉ 140 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.										
9	CADEIRA DE BANHO - CONCHA INFANTIL COM APOIO DE CABEÇA REMOVÍVEL TETRAPLÉGICO - CONCHA INFANTIL COM APOIO DE CABEÇA REMOVÍVEL TETRAPLEGICA - ESTRUTURA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO PINTURA ELETROSTÁTICA ESTOFAMENTO ACOLCHOADO DE NYLON IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL QUADRO DOBRÁVEL CINTO PÉLVICO CINTO DE MEMBROS INFERIORES COM APOIO CABEÇA ACOLCHOADO E REMOVÍVEL; MEDIDA : LARGURA: DE 52CM PROFUNDIDADE: DE 33 A 43CM ALTURA: DE 47 ATÉ 77CM CAPACIDADE DE PESO MÉDIO 75K. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	10	10	10	30	0	0	0	0	30
10	CADEIRA DE RODAS INFANTIL - TETRAPLÉGICO RECLINÁVEL - 38CM: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA	UND	5	5	5	15	0	0	0	0	15





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

	MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15" À 17", RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5" A 6" COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE PEDAIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE DE PESO MÉDIO 70KG. GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.										
11	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA 40CM - ESPECÍFICA CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA -ESPECÍFICA ESTRUTURA DO QUADRO : DOBRÁVEL/DESMONTÁVEL MATERIAL: LIGA DE ALUMÍNIO ASSENTO: COM ABERTURA FRONTAL - LARGURA 46CM E PROFUNDIDADE 40 CM- ENCOSTO: NÃO RECLINÁVEL- ALTURA 40 CM, TILT: AUSENTE APOIO DE CABEÇA: AUSENTE APOIO DE BRAÇO: ESCAMOTEÁVEL APOIO DE PERNA:	UND	20	20	20	60	0	0	0	0	60



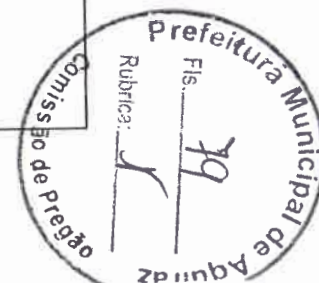


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

	REMOVÍVEL APOIO DE PÉ: REBATIVEL RODAS TRASEIRAS REMOVÍVEIS: 24" RODAS DIANTEIRAS: 6" ARO DE PROPULSÃO: PRESENTE FREIO: BARRA SUPERIOR CORES VARIADAS OPCIONAL. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: ANVISA.										
12	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO -40 À 50CM ESTRUTURA DO QUADRO: DUPLO X LARGURA DO ASSENTO: 40 À 50CM NYLON – PROFUNDIDADE: 40 À 50CM MATERIAL:DURALUMÍNIO ENCOSTO: NYLON RODAS DIANTEIRAS: EIXO FIXO -REMOVÍVEIS RODAS TRASEIRAS: EIXO REMOVÍVEL RODA ANTI-TOMBO: PRESENTE APOIO PARA CABEÇA: AUSENTE APOIO DE PÉ:REMOVÍVEIS ARO DE PROPULSÃO: COM PINOS PROTETOR LATERAL DE ROUPA: PLÁSTICO FREIO: BARRA SUPERIOR GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.	UND	5	5	5	15	0	0	0	0	15
13	CADEIRA DE RODAS HIGIÊNICA (TETRAPLÉGICO)COM SISTEMA DE BASCULAÇÃO DE ATE 45° QUE FAZ COM QUE PARTE DO PESO SEJA TRANSFERIDO PARA O ENCOSTO E O APOIO DE CABEÇA. ESTRUTURA :EM ALUMÍNIO ALTURA DIANTEIRA DO ASSENTO AO PISO: 50CM. LARGURA DO ASSENTO: 46CM. PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 40CM. ALTURA DO ASSENTO: 40CM.	UND	5	5	5	15	0	0	0	0	15



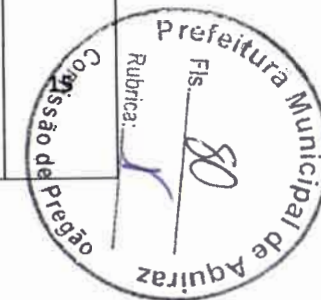


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

	REGULAGEM DO APOIO DOS PÉS DE 40 À 48CM. ASSENTO: NYLON OU ALMOFADADO ENCOSTO: NYLON RODA TRASEIRA DE 6" POLEGADAS E PNEU MACIÇO. RODAS DIANTEIRAS DE 6" POLEGADAS E PNEU MACIÇO. APOIO PARA CABEÇA :REMOVÍVEIS COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE CAPACIDADE MÉDIA 120 KG:GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.										
14	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA DOBRÁVEL DE ALUMÍNIO OBESO A CADEIRA DE BANHO ACOPLADA COM 4 RODAS COM TRAVAS, ENCOSTO EM PLÁSTICO REVESTIDO COM UMA BORRACHA ANATÔMICA, CHASSIS EM ALUMÍNIO, COM PINTURA EPÓXI ANTIFERRUGEM; ASSENTO IMPERMEÁVEL E EMBORRACHADO COM TAMPA REMOVÍVEL; QUATRO RODAS GIRATÓRIAS COM TRAVAS COM SISTEMA DE ROLAMENTO E BLINDADAS; ; APOIO DE BRAÇO ELEVÁVEIS E ESCAMOTEÁVEIS; DOBRÁVEL, APOIO DE PÉS EM PVC REFORÇADO E REBATÍVEL; SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO POR PINO CLICK; SUPORTA PACIENTE COM ATÉ 150KG	UND	5	5	5	15	0	0	0	0	15
15	CADEIRA DE RODAS OBESO - 200 KG: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; PINTURA EPÓXI;	UND	5	5	5	15	0	0	0	0	0





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

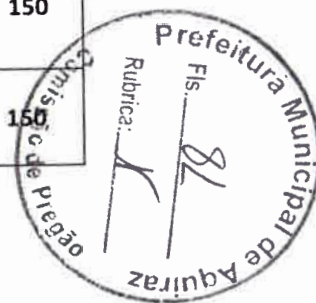
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

EIXOS REFORÇADOS DE AÇO;
ESTOFAMENTOS REFORÇADOS
ACOLCHOADOS E IMPERMEÁVEIS;
ESTRUTURA MONOBLOCO; ENCOSTO
REBATÍVEL; REGULAGEM DE 6 POSIÇÕES
NO CENTRO DE GRAVIDADE; RODAS
TRASEIRAS COM PNEU MACIÇO DE 24 X
1.3/8"; RODAS DIANTEIRAS 200X50
COM PNEU MACIÇO; SISTEMA DE
DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK
RELEASE" NAS RODAS TRASEIRAS;
FREIOS BILATERAIS; APOIO DE BRAÇOS
REMOVÍVEIS; PEDAL REBATÍVEL E
DESMONTÁVEL, COM REGULAGEM DE
ALTURA; FAIXA DE PANTURRILHA;
CAPACIDADE DE PESO: 200 KG.

LOTE 2 - MOBILIDADE

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2025	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2026	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2027	QTD TOTAL SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL 2025	QTD. HOSPITAL 2026	QTD. HOSPITAL 2027	QTD TOTAL HOSPITAL	VALOR TOTAL
16	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO, EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	50	50	50	150	0	0	0	0	150
17	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO (INFANTIL), EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	50	50	50	150	0	0	0	0	150
18	MULETA CANADENSE, ARTICULADA, EM ALUMÍNIO, REGULÁVEL NA ALTURA, PONTEIRAS EM BORRACHA RESISTENTE (PAR).	PAR	50	50	50	150	0	0	0	0	150
19	MULETA AXILAR DE ALUMINIO REGULÁVEL EM ALTURA (PAR). MULETA AXILAR DE ALUMÍNIO TUBULAR	PAR	50	50	50	150	0	0	0	0	150



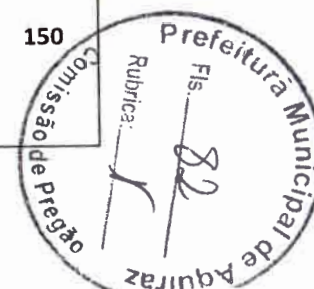


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	ANODIZADO OU COM PINTURA ELETROSTÁTICA PARA USO PERMANENTE, COM APOIOS AXILARES DE MATERIAL EMBORRACHADO INJETADO OU ALMOFADO, COM MANOPLAS DE ALTURA REGULÁVEL. COM HASTES DUPLAS DE COMPRIMENTO AJUSTÁVEL NA SUA ALTURA. PONTEIRA DE BORRACHA RESISTENTE.										
20	MEIAS ELÁSTICAS MÉDIA COMPRESSÃO (PAR): MEIA CALÇA.	PAR	12	12	12	36	0	0	0	0	36
21	MEIAS ELÁSTICAS ALTA COMPRESSÃO (PAR).	PAR	12	12	12	36	0	0	0	0	36
LOTE 3 - COLCHÃO											
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2025	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2026	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2027	QTD TOTAL SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL 2025	QTD. HOSPITAL 2026	QTD. HOSPITAL 2027	QTD TOTAL HOSPITAL	VALOR TOTAL
22	COLCHÃO CASCA DE OVO SOLTEIRO. ALTURA MÍNIMA 6CM. COMPOSIÇÃO: ESPUMA POLIURETANO COM DENSIDADE D23.	UNID	150	150	150	450	30	30	30	90	540
23	COLCHÃO D'ÁGUA ARTICULADO. CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA, 100% VIRGEM E ATÓXICO. SUPORTA ATÉ 130KG. MEDIDA APROXIMADA: 1,90 X 0,90M.	UNID	150	150	150	450	30	30	30	90	540
24	COLCHÃO PNEUMÁTICO ANTI ESCARAS HOSPITALAR P/ PREVENIR E TRATAR LESÕES POR PRESSÃO E ESCARAS EM PACIENTES ACAMADOS. DIMENSÕES: 25X13X10CM. KIT COLCHÃO PNEUMÁTICO + UNIDADE DE CONTROLE 127V OU 220V; MATERIAL	UNID	40	40	40	120	10	10	10	30	150





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

DO COLCHÃO: PVC RESISTENTE, A PROVA D'ÁGUA E DE FÁCIL LIMPEZA / HIGIENIZAÇÃO; UNIDADE DE CONTROLE (MOTOR): PLÁSTICO ABS, COMPONENTES ELETRÔNICOS E ALÇAS DE INOX; COMPRIMENTO DO CABO DE ALIMENTAÇÃO: 3 METROS; DIMENSÕES DO COLCHÃO: COMPRIMENTO: 186 CM LARGURA: 90 CM ALTURA: 7 CM (INFLADO); PESO QUE O PRODUTO SUPORTA: ATÉ 135 KG. REGISTRO ANVISA. CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO.									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

A estimativa das quantidades foi elaborada com base em levantamento realizado pelo Setor de Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o histórico de entregas efetivadas nos exercícios de 2023 e 2024, os cadastros ativos e as demandas encaminhadas pelas UBS, pelo SAD, pela rede hospitalar e por determinações judiciais.

A metodologia adotada consistiu na apuração da média mensal de cadeiras e demais itens efetivamente entregues, convertida em média anual e projetada para o período de 03 (três) anos. Para os itens de maior rotatividade, especialmente cadeiras de rodas padrão, cadeiras em duralumínio e cadeiras higiênicas, verificou-se média aproximada de 30 unidades mensais por modelo, correspondendo a cerca de 360 unidades anuais. A definição dos quantitativos finais constantes no processo teve como base essa média anual apurada, acrescida de margem técnica de segurança, com o objetivo de absorver oscilações da demanda e assegurar a continuidade do atendimento.

Quanto aos modelos especiais de cadeiras, andadores, muletas, meias compressivas e colchões terapêuticos, o quantitativo solicitado corresponde a uma previsão destinada a atender possíveis demandas administrativas e judiciais, tendo como referência a média anual de concessões anteriores. Também nesses casos foi aplicada margem técnica de segurança, considerando o crescimento progressivo da demanda, especialmente em razão do aumento da população idosa e da incidência de doenças incapacitantes, a fim de evitar desabastecimento e contratações emergenciais.

Ressalta-se que a consolidação das necessidades do Serviço Social e do Hospital em um único procedimento licitatório possibilita economia de escala, padronização dos itens e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. O documento que dá suporte à presente estimativa consta anexado ao processo.





5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART.18º, §1º, INCISO V DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Considerando o objeto da contratação, cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais materiais especiais, verificou-se, de forma preliminar, que esses itens são comumente ofertados por empresas que atuam no segmento de produtos médico-hospitalares, compostas por distribuidores, revendedores e fabricantes especializados. Trata-se, em geral, de um mercado amplo, com grande variedade de marcas, especificações e faixas de preços, permitindo à Administração identificar diferentes alternativas de fornecimento que atendem às necessidades assistenciais dos usuários da rede pública de saúde e assistência social.

As alternativas possíveis para contratação incluem: aquisição direta por item, contratação por lotes, utilização de pregão eletrônico, adesão a atas de registro de preços ou contratação por dispensa, quando houver previsão legal. Dentre essas alternativas, a utilização do pregão eletrônico se apresenta como a opção mais adequada, por permitir a seleção da proposta mais vantajosa em ambiente competitivo, favorecendo a obtenção de preços compatíveis com o mercado e assegurando transparência ao processo. A modalidade também facilita a aquisição de itens com especificações técnicas padronizadas, o que é típico para cadeiras de rodas e dispositivos assistivos.

Sob o aspecto técnico, a contratação por pregão eletrônico atende ao interesse público ao viabilizar o fornecimento contínuo e parcelado dos itens ao longo da vigência contratual, garantindo a reposição conforme a necessidade da Secretaria de Saúde e do Hospital Geral Manoel Assunção Pires. Do ponto de vista econômico, a concorrência entre fornecedores tende a favorecer melhores condições de preço e fornecimento. Dessa forma, a opção escolhida mostra-se adequada tanto para assegurar a qualidade e conformidade técnica dos produtos quanto para promover a economicidade e eficiência administrativa previstas na Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VI DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A análise de mercado foi realizada em conformidade com o procedimento administrativo de coleta de preços, proferida pela Comissão de Compras, designadas especificamente a este fim.

Nos termos do Decreto Municipal n.º 005/2023 de 30 de janeiro de 2023, o procedimento de coleta de preços deve obedecer a regimento específico no que tange as formalidades, meios, ordem e mecanismos de coleta, cabendo à Comissão de Compras, por ser o ente designado a este fim, a observância a estes procedimentos mínimos.

Deste modo, após o procedimento de coleta de preços, originou-se o mapa de preços nº 15.2025.10.14.001, apresentando-se, assim, a estimativa para o objeto, de modo que este será o parâmetro a ser seguido para fins de limite do gasto e para balizamento quando do julgamento do certame.

O valor total estimado da contratação é de R\$ 4.580.650,83 (quatro milhões quinhentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), conforme apurado e consolidado no referido mapa de preços.

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



PREFEITURA DE
AQUIRAZ

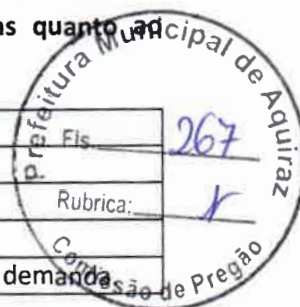
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART.18º, §1º, INCISO VII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021), conforme informações gerais a serem seguidas quanto ao procedimento:

MODALIDADE	Pregão Eletrônico
TIPO	Menor Preço
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Por Lote
MODO DE DISPUTA	Aberto
FORMA DE FORNECIMENTO	Contínuo, de forma fracionada, conforme demanda



A solução proposta consiste na aquisição de cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais materiais especiais, necessários ao atendimento das demandas assistenciais da Secretaria de Saúde do Município de Aquiraz/CE e do Hospital Geral Manoel Assunção Pires. Esses itens destinam-se ao suporte à mobilidade, reabilitação e compensação funcional de usuários que dependem desses dispositivos para realização de atividades diárias, acompanhamento terapêutico e apoio clínico. A contratação tem por objetivo garantir a disponibilidade contínua desses materiais, atendendo às necessidades da assistência social e do Hospital Geral Manoel Assunção Pires.

O procedimento será realizado por Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, com critério de julgamento por lote e modo de disputa aberto, permitindo ampla participação dos fornecedores. O fornecimento ocorrerá de forma contínua e fracionada, conforme as demandas apresentadas ao longo dos três anos de vigência contratual, possibilitando organização adequada dos estoques e reposição de materiais conforme necessidade. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, atender às normas técnicas pertinentes e possuir registro na ANVISA quando exigido pela regulamentação específica.

A solução adotada busca promover a padronização e a economicidade, garantindo a segurança sanitária, a eficiência logística e a continuidade das atividades assistenciais desenvolvidas pela rede pública de saúde do Município de Aquiraz, em consonância com os princípios da administração pública e da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

A contratação será parcelada por lote, considerando a diversidade de itens que compõem o objeto cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais materiais especiais os quais possuem naturezas, especificações técnicas, finalidades terapêuticas e processos produtivos distintos. O parcelamento possibilita que fornecedores especializados em grupos específicos de produtos possam participar da licitação, ampliando a competitividade e assegurando maior aderência técnica às necessidades assistenciais da Secretaria de Saúde e do Hospital Geral Manoel Assunção Pires.

A adoção do parcelamento também evita a concentração de mercado em um único fornecedor, reduz o risco de desabastecimento e promove maior segurança no fornecimento contínuo durante os três anos de vigência contratual. Quando cada lote é disputado por empresas com expertise própria, a Administração obtém propostas mais vantajosas economicamente, além de produtos mais adequados às necessidades dos usuários. O fracionamento por lotes não compromete a eficiência logística, uma vez que o fornecimento será realizado de forma programada e conforme demanda das unidades de saúde.

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde



Dessa forma, o parcelamento mostra-se tecnicamente justificável e economicamente mais vantajoso, atendendo aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021. A solução adotada contribui para garantir regularidade no abastecimento, qualidade dos materiais adquiridos e ampliação do número de participantes aptos a fornecer cada tipo de item incluído no processo licitatório.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART.18º, §1º, INCISO IX DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A contratação pretende assegurar economicidade por meio do pregão eletrônico, modalidade que amplia a competitividade entre os fornecedores e possibilita a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração. O fornecimento contínuo e fracionado, conforme a demanda do Hospital Geral Manoel Assunção Pires e do setor de Assistência Social, evita aquisições em excesso, reduz perdas por armazenamento prolongado e contribui para compras mais alinhadas ao consumo real, garantindo melhor gestão dos recursos públicos.

Com relação ao aproveitamento dos recursos humanos e materiais, a contratação proporciona maior eficiência ao permitir que o hospital e a Assistência Social mantenham estoque adequado e regular de cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais materiais especiais. O abastecimento planejado diminui a necessidade de mobilização de servidores para remanejamentos emergenciais ou buscas por alternativas improvisadas, permitindo que as equipes concentrem seus esforços nas atividades finalísticas de atendimento ao cidadão e assistência aos usuários em situação de vulnerabilidade.

Em termos financeiros, a contratação estruturada para vigência de três anos favorece previsibilidade orçamentária e planejamento adequado dos gastos, reduzindo a abertura de processos licitatórios repetidos e minimizando despesas administrativas associadas. A seleção da proposta mais vantajosa garante o uso eficiente dos recursos públicos, assegurando que os materiais adquiridos apresentem qualidade, durabilidade e conformidade técnica. Assim, os resultados esperados incluem redução de custos, maior eficiência administrativa e melhoria da capacidade de atendimento do hospital e da rede de assistência social.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART.18º, §1º, INCISO X DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

As providências adotadas pela Administração serão as de acompanhamento, gestão e fiscalização das eventuais contratações decorrentes.

A Controladoria Geral do Município dispõe de normativa disciplinar as quais apresentam os direcionamentos da competência se atividades as quais devem ser exercidas pelos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, bem como, regulamenta tais atribuições.

A CGM também promove atividades e ações no sentido de capacitar ou atualizar os servidores envolvidos no processo, de modo a propiciar mais qualificação desses servidores e minoração dos riscos envolvidos a relação contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART.18º, §1º, INCISO XI)

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/ CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



10.1. Não se aplica.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART.18º, §1º, INCISO XII).

A aquisição de cadeiras de rodas, órteses, próteses e materiais especiais pode gerar impactos ambientais relacionados ao uso de materiais como plástico, metais e borracha, além da produção de resíduos oriundos das embalagens. Para mitigar esses efeitos, prioriza-se a aquisição de produtos duráveis, que reduzam a necessidade de reposição, e embalagens de menor impacto ambiental.

A contratada deverá adotar práticas adequadas de transporte, armazenamento e entrega, evitando danos e descarte desnecessário. Sempre que possível, componentes metálicos e materiais recicláveis deverão ser destinados à logística reversa ou encaminhados para reciclagem, conforme normas ambientais vigentes. Dessa forma, busca-se minimizar a geração de resíduos e assegurar o descarte ambientalmente adequado dos materiais ao final de sua vida útil.

13. JUSTIFICATIVAS:

a) Justificativa quanto ao fornecimento contínuo:

O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que atende a uma demanda constante e ininterrupta, refletindo a necessidade contínua para suprir a demanda do objeto em questão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

b) Justificativa quanto a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.

Os critérios de sustentabilidade serão aqueles que, eventualmente, estarão descritos na descrição da especificação dos itens do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. No mais, o município ainda não dispõe de norma própria correspondente a tal temática, limitando-se tais exigências a construção das especificações, quando for o caso e ou as rotinas de fiscalização e padrões de desempenho, as quais analisarão tais requisitos, quando exigidos.

c) Justificativa quanto a indicação de marcas ou modelo

Para o presente objeto não foi feita a indicação de marcas específicas, haja vista não se tratar de procedimento o qual decorre de padronização prévia, de pré-qualificação específica ou de marcas pré-aprovadas pela Administração.

d) Justificativa quanto a subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto, haja vista que, considerando a natureza sintética do objeto, não haverá ganho para o presente objeto em relação a eventual subcontratação, sobretudo, pela necessidade de fornecimento constante, conforme demanda, o qual deverá se dar de forma direta aos órgãos interessados, garantindo um melhor acompanhamento do objeto por parte da Administração e, por conseguinte, maior eficiência na contratação.

Entende-se que a subcontratação se mostra cabível quando o objeto a ser licitado requer execução complexa, de modo que alguma fase/etapa exija a participação de terceiros no fornecimento, haja vista os princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por esse motivo, fica vedada a subcontratação do objeto, ainda que parcial.

Av. Santos Dumont, 260, Centro - Aquiraz/CE - 61700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde



A presente vedação encontra fundamento no §2º do art. 122 da Lei Federal n.º 14.133/21, qual seja:

Art. 122.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Neste sentido, considerando a faculdade legal e a justificativa acima apresentada, entendemos que a subcontratação em questão não é viável e se torna uma boa opção para a administração.

e) Justificativas quanto as garantias da contratação

As exigências de garantias justificam-se pela necessidade de mitigar riscos à Administração Pública e assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa vencedora do certame, considerando a relevância do objeto a ser contratado. A aquisição de cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais materiais especiais destina-se ao atendimento de demandas assistenciais essenciais, diretamente relacionadas à reabilitação, à mobilidade e à promoção da autonomia funcional dos pacientes atendidos pela Secretaria de Saúde e pelo Hospital Geral Manoel Assunção Pires do Município de Aquiraz/CE.

Nesse contexto, a exigência de garantias busca assegurar que o fornecimento ocorra de forma regular, tempestiva e em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, reduzindo o risco de falhas, atrasos ou entregas inadequadas que possam comprometer a continuidade da assistência à saúde e o adequado atendimento de pacientes em situação de vulnerabilidade, com deficiência física ou em processo de reabilitação.

Além disso, a exigência da garantia contribui para evitar a participação de empresas sem capacidade técnica e financeira para a execução do fornecimento, garantindo maior segurança jurídica ao processo licitatório e minimizando os riscos de descumprimento contratual.

Diante disso, será exigida a garantia da proposta de preços e da contratação, conforme descrito a seguir:

Será exigida a garantia da proposta de preços do licitante vencedor da fase de disputa de lances, como requisito de **PRÉ-HABILITAÇÃO**. Essa garantia deverá ser apresentada juntamente com a proposta de preços final (consolidada) e corresponderá a 1% (um por cento) do **VALOR ESTIMADO** do(s) lote(s) em que o licitante for declarado vencedor.

Nos termos do caput do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia da proposta deve ser apresentada no momento da entrega da proposta de preços consolidada, ou seja, **O LICITANTE JÁ DEVERÁ DISPOR DA MENCIONADA GARANTIA PREVIAMENTE AO CADASTRO DE SUA PROPOSTA NA PLATAFORMA**. Dessa forma, o cálculo do valor da garantia tomará como base o valor estimado pela Administração.

A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021. Após a finalização do certame, a garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000

Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde



até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Será exigida também a garantia da contratação, conforme disposto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial da contratação, também calculado com base no(s) lote(s) adjudicados à empresa contratada, em conformidade com o seguinte trecho da Nova Lei de Licitações:

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

A garantia poderá ser prestada por meio de seguro-garantia, caução em dinheiro ou fiança bancária. A parte adjudicatária deverá apresentá-la, impreterivelmente, até a data da assinatura do contrato.

f) Justificativa quanto a vedação de participação de consórcio

Justifica-se a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista a plausibilidade da ampliação da competitividade, sobretudo, mediante a possibilidade de participação de empresas de pequeno e médio porte, especialmente pelo objeto tratar-se de aquisição, ou seja, de objeto divisível, onde a pluralidade de empresas pode ser facilmente utilizadas sem que haja a soma de capacidades para o mesmo fim.

Outro ponto quanto a não complexidade do objeto, reforça-se pelas exigências técnicas postuladas no projeto básico/termo de referência e, por conseguinte, neste edital, as quais limitaram, tão somente, as disposições constantes da Lei, condições estas suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

Ademais, entende-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não é o caso.

Em outra vertente, com a atual definição postulada, a Administração visa aumentar o universo de possíveis competidores, bem como, a plena satisfação de suas necessidades prospectadas.

14.POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART.18º, §1º, INCISO XIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

A contratação é plenamente adequada para atender às demandas do Hospital Geral Manoel Assunção Pires e do setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde do Município de Aquiraz/CE, garantindo o fornecimento regular de cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais materiais especiais essenciais à mobilidade, reabilitação e suporte funcional dos usuários atendidos.

A utilização do pregão eletrônico configura a solução mais eficiente e economicamente vantajosa, por ampliar a concorrência entre fornecedores, assegurar transparência ao processo e promover a seleção da proposta

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde



mais vantajosa, otimizando a aplicação dos recursos públicos e garantindo continuidade no atendimento assistencial.

Conclui-se, portanto, que a contratação proposta é tecnicamente viável, economicamente justificável e plenamente alinhada ao interesse público, assegurando o atendimento eficaz das necessidades assistenciais e sociais do município, com impacto direto na qualidade de vida dos usuários.

AQUIRAZ/CE - 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA
RESPONSÁVEL/AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO:




DAVID FAUSTINO DE LIMA

SECRETÁRIO DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ/CE.

UNIDADE TÉCNICA/RESPONSÁVEL
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO:

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA
RESPONSÁVEL/AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO:



LUCIA MARIA CATTER
ASSISTENTE SOCIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ/CE.



EMMANOEL PEIXOTO SARAIVA LIMA
DIRETOR GERAL - HGMAP
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ/CE.

Av. Santos Dumont, 260, Centro - Aquiraz/CE - 61700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 2025.12.23-27 – SMS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 052/2023 de 06 de julho de 2023.

2.2. Integram o presente Termo de Referência, os seguintes documentos:

- I) Definição dos Lotes/Itens e especificações dos produtos;
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento.



2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO

2.1. Órgão (s) interessado (s):

SECRETARIA DE SAÚDE E HOSPITAL GERAL MANOEL ASSUNÇÃO PIRES.

2.2. Objeto:

AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, ÓRTESES, PRÓTESES E DEMAIS MATERIAIS ESPECIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO HOSPITAL GERAL MANOEL ASSUNÇÃO PIRES DO MUNICIPIO DE AQUIRAZ/CE.

2.3. Justificativa:

A justificativa da necessidade do objeto e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente documento.

2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID do PCA no PNCP: 11426115000169-0-000001/2025
- Data de publicação no PNCP: 26/09/2024
- Data de publicação atualizada: 11/08/2025

2.5. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. Dotação (ões) orçamentária (s):

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO /PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO- ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS	SUBELEMENTO
1502	10 302 0009 2.092	Gestão do Hospital Municipal Manuel Assunção Pires	1500100200 1600000000 1621000000	3.3.90.30.00	3.3.90.30.36
1501	10 303 007 2.087	Atendimentos a Pessoas Reconhecidamente Carentes e por Decisão Judicial	1500100200	3.3.90.32.00	3.3.90.32.36

3.2. Valor global estimado:

R\$ 4.580.650,83 (quatro milhões quinhentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos).

3.3. Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas pelo Setor de compras do município, conforme Mapa comparativo de preços em anexo aos autos.

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade serão aqueles que, eventualmente, estarão descritos na descrição e especificação dos itens do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. No mais, o município ainda não dispõe de norma própria correspondente a tal temática, limitando-se tais exigências a construção das especificações, quando for o caso e ou as rotinas de fiscalização e padrões de desempenho, as quais analisarão tais requisitos, quando exigidos.

5. Requisitos Técnicos e Operacionais do Fornecimento:

5.1. Os produtos fornecidos deverão atender às normas técnicas, sanitárias e de segurança aplicáveis, observada a legislação vigente, devendo possuir, quando exigido, registro, notificação ou certificação válida junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou outro órgão competente, compatível com a natureza do item.

5.2. É vedado o fornecimento de produtos recondicionados, remanufaturados, usados, fora de linha de fabricação ou em desacordo com as especificações técnicas e sanitárias estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3. Os itens deverão ser entregues devidamente embalados, preservados e identificados, de modo a garantir a integridade física, a qualidade, a rastreabilidade e a segurança sanitária dos produtos.

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



5.4. O fornecimento dos produtos deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda e solicitações formais emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, observado o prazo de vigência contratual, de modo a assegurar o abastecimento contínuo das unidades assistenciais.

5.5. Os produtos deverão apresentar funcionalidade, resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com o uso clínico, ambulatorial ou domiciliar, garantindo segurança, conforto, mobilidade e adequação terapêutica aos pacientes atendidos.

5.6. A contratada será responsável pela substituição, sem ônus adicional para a Administração, dos produtos que apresentarem defeitos, inconformidades ou que não atendam às especificações técnicas, sanitárias ou de qualidade exigidas, independentemente da aplicação do requisito de garantia.

5.7. A garantia contra defeitos de fabricação será exigida apenas para os itens que contenham tal previsão em suas respectivas especificações técnicas, observados os prazos e condições nelas estabelecidos, cabendo à contratada, durante o período aplicável, promover, sem ônus para a Administração, a substituição, o reparo ou a correção dos produtos que apresentarem vícios, falhas de funcionamento ou desconformidade com o pactuado.

6.1. Garantias da proposta e da contratação:

As exigências de garantias justificam-se pela necessidade de mitigar riscos à Administração Pública e assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa vencedora do certame, considerando a relevância do objeto a ser contratado. A aquisição de cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais materiais especiais destina-se ao atendimento de demandas assistenciais essenciais, diretamente relacionadas à reabilitação, à mobilidade e à promoção da autonomia funcional dos pacientes atendidos pela Secretaria de Saúde e pelo Hospital Geral Manoel Assunção Pires do Município de Aquiraz/CE.

Nesse contexto, a exigência de garantias busca assegurar que o fornecimento ocorra de forma regular, tempestiva e em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, reduzindo o risco de falhas, atrasos ou entregas inadequadas que possam comprometer a continuidade da assistência à saúde e o adequado atendimento de pacientes em situação de vulnerabilidade, com deficiência física ou em processo de reabilitação.

Além disso, a exigência da garantia contribui para evitar a participação de empresas sem capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, garantindo maior segurança jurídica ao processo licitatório e minimizando os riscos de descumprimento contratual.

Diante disso, será exigida a garantia da proposta de preços e da contratação, conforme descrito a seguir:

Será exigida a garantia da proposta de preços do licitante vencedor da fase de disputa de lances, como requisito de **PRÉ-HABILITAÇÃO**. Essa garantia deverá ser apresentada juntamente com a proposta de preços final (consolidada) e corresponderá a 1% (um por cento) do **VALOR ESTIMADO** do (s) lote(s) em que o licitante for declarado vencedor.

Nos termos do caput do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia da proposta deve ser apresentada no momento da entrega da proposta de preços consolidada, ou seja, **O LICITANTE JÁ DEVERÁ DISPOR DA**

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117

MENCIONADA GARANTIA PREVIAMENTE AO CADASTRO DE SUA PROPOSTA NA PLATAFORMA. Dessa forma, o cálculo do valor da garantia tomará como base o valor estimado pela Administração.

A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021. Após a finalização do certame, a garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Será exigida também a garantia da contratação conforme disposto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial da contratação, também calculado com base no(s) lote(s) adjudicados à empresa contratada, em conformidade com o seguinte trecho da Nova Lei de Licitações:

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

A garantia poderá ser prestada por meio de seguro-garantia, caução em dinheiro ou fiança bancária, e a parte adjudicatária deverá apresentá-la, impreterivelmente, até a data da assinatura do contrato.

Para fins de transparência, encontra-se abaixo a planilha contendo os valores estimados por lote, que servirão de base para o cálculo da garantia da proposta:

LOTE	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE	VALOR CORRESPONDENTE A GARANTIA DE 1% (UM POR CENTO)
LOTE 1 - CADEIRAS DE RODAS/CARRINHO (AMPLA PARTICIPAÇÃO)	R\$ 3.981.983,22	R\$ 39.819,83
LOTE 2 - CADEIRAS DE RODAS/CARRINHO (COTA RESERVADA)	R\$ 69.803,73	R\$ 698,04
LOTE 3 - MOBILIDADE (AMPLA PARTICIPAÇÃO)	R\$ 87.776,77	R\$ 877,77
LOTE 4 - MOBILIDADE (COTA RESERVADA)	R\$ 28.812,41	R\$ 288,12
LOTE 5 - COLCHÃO (AMPLA PARTICIPAÇÃO)	R\$ 334.804,23	R\$ 3.348,04
LOTE 6 - COLCHÃO (COTA RESERVADA)	R\$ 77.470,47	R\$ 774,70

7. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA/FORNECIMENTO

7.1. Local de entrega do Objeto

7.1.1. Os produtos deverão ser entregues em até **15 (QUINZE) DIAS**, a contar da emissão da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**.

5.1.2. Os produtos deverão ser entregues no Os produtos deverão ser entregues no(a) **ALMOXARIFADO CENTRAL**, no endereço: CE Km 32 - Lot. Mirante do Rio, Aquiraz – CE. As coordenadas geográficas do local são: 3°54'49.3"S 38°23'25.4"W.

7.2. Forma de entrega, acompanhamento e fiscalização da entrega

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/ CE - 61700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



7.2.1. O fornecimento dos produtos licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas de **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, pelo órgão demandante, constando a relação e a quantidade de itens a serem entregues.

7.2.2. A entrega dos itens será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

7.2.3. A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

7.2.4. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.

7.3. Prazo para entrega

7.3.1. Os produtos deverão ser entregues em até **15 (QUINZE) DIAS**, a contar da emissão da **Ordem de Compra/Nota de Empenho**, que será enviada à contratada através de e-mail ou outro meio que comprove o seu recebimento.

7.3.2. A demanda correspondente a **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO** deverá ser entregue em remessa única.

8. DA FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

8.1. Da forma de recebimento (provisório e definitivo)

8.1.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.8. Pós conclusão dos procedimentos quanto ao recebimento, serão realizados os atos correspondentes a liquidação e pagamento da despesa.

8.2. Forma de pagamento

8.2.1. O Pagamento será efetuado na proporção de entrega dos produtos, em até **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega definitiva, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

8.2.2. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

8.2.3. O setor competente quanto aos pagamentos realizará a consulta dos documentos apresentados por meio de verificação on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

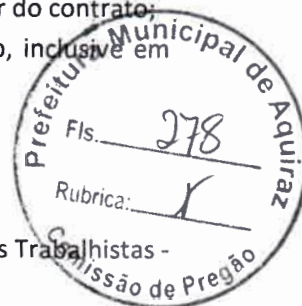
8.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.4.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.2.4.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à Inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





8.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.2.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.2.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.2.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e vigorará por 03 (três) anos, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que atende a uma demanda constante e ininterrupta, refletindo a necessidade contínua para suprir a demanda do objeto em questão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

10. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

10.1. Da forma de apresentação das propostas

10.1.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, marca, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.

10.1.2. A licitante deverá garantir a entrega dos itens sem qualquer defeito de fabricação, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens devolvidos e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

10.1.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Av. Santos Dumont, 260, Centro - Aquiraz/CE - 61700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

11.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

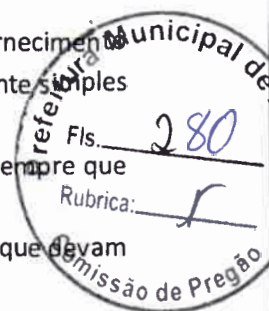
11.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo



Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/ CE - 61700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



da ordem de compra/nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.16.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.17.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.18.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.19.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.20.O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

11.21.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

12.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório da Lei Nº. 14.133.

12.2. São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

12.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

12.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

12.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

12.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

12.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.



Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/ CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117

12.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

12.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.2.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2.14. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

12.2.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

12.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:

12.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

Av. Santos Dumont, 260, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

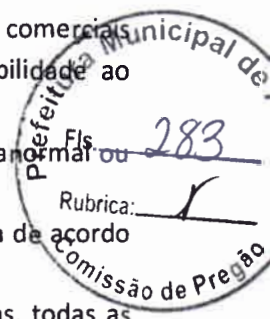
o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.





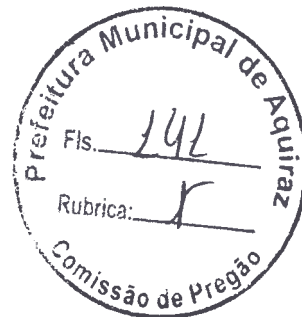
- t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- v) Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de AQUIRAZ/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- w) Entregar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.
- aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de AQUIRAZ/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



- b.4) deixar de apresentar amostra;
- b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar ata de registro de preços e o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando;
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



13.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa**:
 - d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.2.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117





- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

Aquiraz/CE, 23 de dezembro de 2025.



DAVID FAUSTINO DE LIMA
SECRETÁRIO DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQIRAZ/CE.



ANEXO I

1. DOS ITENS/LOTES:

1.1. **Justificativa quanto ao quantitativo:** A definição dos quantitativos deu-se com base em levantamento pautado pelo histórico de utilização de exercícios anteriores e/ou em consonância com as necessidades das possíveis contratação prospectadas a longo prazo de vigência contratual, estipuladas por este(s) órgãos(s).

1.2. Os quantitativos totais estipulados, bem como, a definição dos parâmetros e quantitativos para efeitos de formulação de proposta de preços constam do Anexo I deste Projeto Básico/Termo de Referência.

A) DOS QUANTITATIVOS TOTAIS DA LICITAÇÃO

LOTE 1 - CADEIRAS DE RODAS/CARRINHO											
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2025	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2026	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2027	QTD TOTAL SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL 2025	QTD. HOSPITAL 2026	QTD. HOSPITAL 2027	QTD TOTAL HOSPITAL	VALOR TOTAL
1	CADEIRA DE RODAS ADULTA (DURALUMÍNIO) – 40 À 46CM DE LARGURA EM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ATRÁS 24", PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6" E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO ENTRE 40 À 44CM DE LARGURA, FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	100	100	100	300	0	0	0	0	300
2	CADEIRA DE RODAS PADRÃO(AÇO CARBONO)- 40 CM A 44CM PROCIRURGICA FABRICADA EM AÇO CARBONO, COM ASSENTO/ENCOSTO EM NYLON, DOBRÁVEL, FREIOS	UND	400	400	400	1200	40	40	40	120	1320

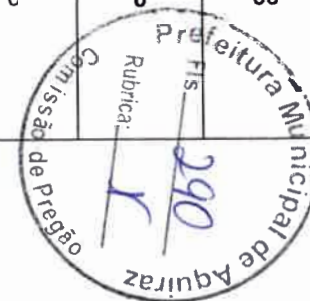


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, APOIO PARA BRAÇOS E PÉS FIXOS, RODAS DIANTEIRAS ARO ENTRE 05" À 7" COM PNEUS MACIÇOS E RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS. LARGURA DO ASSENTO: DE 40 CM A 44CM . PROFUNDIDADE DO ASSENTO: ATÉ 44 CM. MED. MÍN. APROXIMADAS. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.										
3	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO 40CM, 42CM, 44CM E 46CM LARGURA: CONFECCIONADA SOB MEDIDA, EM TUBOS DE ALUMÍNIO, BASE FIXA METAL; BRAÇOS REMOVÍVEIS OU ESCAMOTEÁVEL, COM APOIO DE BRAÇOS; EIXOS DE REMOÇÃO RÁPIDA NAS RODAS; ENCOSTO COM ESTOFAMENTO 100% NYLON, OU COURO SINTÉTICO RESISTENTE, COM ALMOFADA DO ASSENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE DE ATÉ 6 CM DE ESPESSURA; COM OU SEM FAIXA TORÁCICA (5-7 CM); COM OU SEM CINTO PÉLVICO, COM OU SEM FAIXA PARA PANTURRILHA; PROTETOR LATERAL DE ROUPA REBATÍVEL COM ABAS; RODAS TRASEIRAS DE 24", SOBRE O ARO DE PROPULSÃO COM PINOS E PNEUS INFLÁVEIS; FREIO BILATERAL; RODAS DIANTEIRAS REMOVÍVEIS DE 5" À 6", COM PNEU MACICOS, COM ROLAMENTOS BLINDADOS NOS EIXOS; COM RODAS ANTI-TOMBOS OPCIONAL; APOIO PARA OS PÉS, SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. . GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	30	30	30	90	0	0	0	0	90
4	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO - 35CM, 40CM, 42CM E 44CM : CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15" À 17", RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5" A 7" COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE	UND	20	20	20	60	0	0	0	0	60





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE PEDAIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE MÉDIA DE 75KG.GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.										
5	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO OBESO - ADULTO: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; PINTURA EPÓXI; EIXOS REFORÇADOS DE AÇO ;ESTOFAMENTO DE ASSENTO ACOLCHOADO; ESTOFAMENTO DE ENCOSTO ACOLCHOADO; ALMOFADA DE 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE; ESTRUTURA DOBRÁVEL COM DUPLO "X" DE AÇO; RODAS TRASEIRAS COM PNEU INFLÁVEL DE 24 X 1.3/8"; BUCHAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS DE ALUMÍNIO; ARO DE IMPULSO EM ALUMÍNIO; RODAS DIANTEIRAS DE 6" COM PNEU MACIÇO; SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS 4 RODAS; FREIOS BILATERAIS; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS INCORPORADO AO APOIO DE BRAÇOS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS COM REGULAGENS DE ALTURA; PEDAL ELEVÁVEL E REMOVÍVEL COM REGULAGEM DE ALTURA E ÂNGULO; APOIO DE PANTURRILHA REBATÍVEL; FAIXA DE CALCANHAR; APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE; RODAS ANTI-TOMBO; LARGURA DO ASSENTO: 46,48 E 50CM. COM CINTO TORÁCICO. CINTO ABDUTOR EM "Y". CINTO PÉLVICO. ABDUTOR DE PERNAS; CAPACIDADE DE MÉDIO DE 120 KG; GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS:	UND	4	4	4	12	0	0	0	0	12





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.										
6	CADEIRA HIGIÊNICA ADULTO PADRÃO- COM ESTRUTURA TUBULAR FOSCA OU METÁLICA, PNEUS MACIÇOS, RODAS DIRECIONADAS ATRÁS, PNEUS DIANTEIROS DE 5" A 7", APOIOS PARA OS PÉS, LATERAIS FIXA OU REMOVÍVEL, ASSENTO SANITÁRIO COM ABERTURA FRONTAL, LARGURA DO ASSENTO ENTRE 40CM A 42CM. ENCOSTO EM NYLON, PUNHOS PARA CONDUÇÃO, CAPACIDADE DE PESO MÉDIA DE 110KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO .	UND	300	300	300	900	20	20	20	60	960
7	CADEIRA DE RODAS INFANTIL 30CM E 35CM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ENTRE 16 À 20, PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6"E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO; FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE 70 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	30	30	30	90	0	0	0	0	90
8	CADEIRA DE RODAS ADULTO – AÇO CARBONO -OBESO — COM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO; ASSENTO EM NYLON DUPLO REFORÇADO COM LONA E ENCOSTO EM NYLON DUPLO ALMOFADADO; DOBRÁVEL EM "X"; FREIOS BILATERAIS; APOIOS PARA OS BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS COM APOIO; APOIO PARA OS PÉS ARTICULADOS OU REMOVÍVEIS, COM ALTURA REGULÁVEL; RODAS DIANTEIRAS ARO DE 6" A 7" COM PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON INJETADO COM PNEUS ANTIFURO E ROLAMENTOS BLINDADOS DUPLO COM SISTEMA QUICK COM PLACA DE REGULAGEM HORIZONTAL; BARRA DE REFORÇO NO QUADRO E CAIXA DE	UND	120	120	120	360	10	10	10	30	390





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	ROLAMENTO, GARFO EM ALUMÍNIO; PINTURA EPÓXI, MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA DO ASSENTO: DE 48CM A 55CM; ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: ATÉ 48 A 54 CM. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE ATÉ 140 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.										
9	CADEIRA DE BANHO – CONCHA INFANTIL COM APOIO DE CABEÇA REMOVÍVEL TETRAPLÉGICO – CONCHA INFANTIL COM APOIO DE CABEÇA REMOVÍVEL TETRAPLÉGICA – ESTRUTURA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO PINTURA ELETROSTÁTICA ESTOFAMENTO ACOLCHOADO DE NYLON IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL QUADRO DOBRÁVEL CINTO PÉLVICO CINTO DE MEMBROS INFERIORES COM APOIO CABEÇA ACOLCHOADO E REMOVÍVEL; MEDIDA : LARGURA: DE 52CM PROFUNDIDADE: DE 33 A 43CM ALTURA: DE 47 ATÉ 77CM CAPACIDADE DE PESO MÉDIO 75K. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	10	10	10	30	0	0	0	0	30
10	CADEIRA DE RODAS INFANTIL – TETRAPLÉGICO RECLINÁVEL - 38CM: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15" À 17", RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5" A 6" COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE PEDAIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS	UND	5	5	5	15	0	0	0	0	15





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE DE PESO MÉDIO 70KG. GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.										
11	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA 40CM -ESPECÍFICA CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA -ESPECÍFICA ESTRUTURA DO QUADRO : DOBRÁVEL/DESMONTÁVEL MATERIAL: LIGA DE ALUMÍNIO ASSENTO: COM ABERTURA FRONTAL -LARGURA 46CM E PROFUNDIDADE 40 CM- ENCOSTO: NÃO RECLINÁVEL- ALTURA 40 CM, TILT: AUSENTE APOIO DE CABEÇA: AUSENTE APOIO DE BRAÇO: ESCAMOTEÁVEL APOIO DE PERNA: REMOVÍVEL APOIO DE PÉ: REBATÍVEL RODAS TRASEIRAS REMOVÍVEIS: 24" RODAS DIANTEIRAS: 6" ARO DE PROPULSÃO: PRESENTE FREIO: BARRA SUPERIOR CORES VARIADAS OPCIONAL. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: ANVISA.	UND	20	20	20	60	0	0	0	0	60
12	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO -40 À 50CM ESTRUTURA DO QUADRO: DUPLO X LARGURA DO ASSENTO: 40 À 50CM NYLON – PROFUNDIDADE: 40 À 50CM MATERIAL:DURALUMÍNIO ENCOSTO: NYLON RODAS DIANTEIRAS: EIXO FIXO -REMOVÍVEIS RODAS TRASEIRAS: EIXO REMOVÍVEL RODA ANTI-TOMBO: PRESENTE APOIO PARA CABEÇA: AUSENTE APOIO DE PÉ:REMOVÍVEIS ARO DE PROPULSÃO: COM PINOS PROTETOR LATERAL DE ROUPA: PLÁSTICO FREIO: BARRA SUPERIOR GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO .	UND	5	5	5	15	0	0	0	0	15
13	CADEIRA DE RODAS HIGIÊNICA (TETRAPLÉGICO)COM SISTEMA DE BASCULAÇÃO DE ATE 45° QUE FAZ COM QUE PARTE DO PESO SEJA TRANSFERIDO PARA O ENCOSTO E O APOIO DE CABEÇA. ESTRUTURA :EM ALUMÍNIO ALTURA DIANTEIRA DO ASSENTO AO PISO: 50CM. LARGURA DO ASSENTO: 46CM. PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 40CM. ALTURA DO ASSENTO: 40CM. REGULAGEM DO APOIO DOS PÉS DE 40 À 48CM. ASSENTO: NYLON OU ALMOFADADO ENCOSTO: NYLON RODA TRASEIRA DE 6" POLEGADAS E PNEU MACIÇO. RODAS DIANTEIRAS DE 6" POLEGADAS E PNEU MACIÇO. APOIO PARA	UND	5	5	5	15	0	0	0	0	15





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	CABEÇA :REMOVÍVEIS COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE CAPACIDADE MÉDIA 120 KG:GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.										
14	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA DOBRÁVEL DE ALUMÍNIO OBESO A CADEIRA DE BANHO ACOPLADA COM 4 RODAS COM TRAVAS, ENCOSTO EM PLÁSTICO REVESTIDO COM UMA BORRACHA ANATÔMICA, CHASSIS EM ALUMÍNIO, COM PINTURA EPÓXI ANTIFERRUGEM; ASSENTO IMPERMEÁVEL E EMBORRACHADO COM TAMPA REMOVÍVEL; QUATRO RODAS GIRATÓRIAS COM TRAVAS COM SISTEMA DE ROLAMENTO E BLINDADAS; ; APOIO DE BRAÇO ELEVÁVEIS E ESCAMOTEÁVEIS; DOBRÁVEL, APOIO DE PÉS EM PVC REFORÇADO E REBATÍVEL; SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO POR PINO CLICK; SUPORTA PACIENTE COM ATÉ 150KG	UND	5	5	5	15	0	0	0	0	15
15	CADEIRA DE RODAS OBESO - 200 KG: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; PINTURA EPÓXI; EIXOS REFORÇADOS DE AÇO; ESTOFAMENTOS REFORÇADOS ACOLCHOADOS E IMPERMEÁVEIS; ESTRUTURA MONOBLOCO; ENCOSTO REBATÍVEL; REGULAGEM DE 6 POSIÇÕES NO CENTRO DE GRAVIDADE; RODAS TRASEIRAS COM PNEU MACIÇO DE 24 X 1.3/8"; RODAS DIANTEIRAS 200X50 COM PNEU MACIÇO; SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS RODAS TRASEIRAS; FREIOS BILATERAIS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS; PEDAL REBATÍVEL E DESMONTÁVEL, COM REGULAGEM DE ALTURA; FAIXA DE PANTURRILHA; CAPACIDADE DE PESO: 200 KG.	UND	5	5	5				0	0	15

LOTE 2 - MOBILIDADE

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2025	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2026	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2027	QTD TOTAL SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL 2025	QTD. HOSPITAL 2026	QTD. HOSPITAL 2027	QTD TOTAL HOSPITAL	VALOR TOTAL
16	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO, EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	50	50	50	150			0	0	150





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

17	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO (INFANTIL), EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	50	50	50	150	0	0	0	0	150
18	MULETA CANADENSE, ARTICULADA, EM ALUMÍNIO, REGULÁVEL NA ALTURA, PONTEIRAS EM BORRACHA RESISTENTE (PAR).	PAR	50	50	50	150	0	0	0	0	150
19	MULETA AXILAR DE ALUMÍNIO REGULÁVEL EM ALTURA (PAR). MULETA AXILAR DE ALUMÍNIO TUBULAR ANODIZADO OU COM PINTURA ELETROSTÁTICA PARA USO PERMANENTE, COM APOIOS AXILARES DE MATERIAL EMBORRACHADO INJETADO OU ALMOFADO, COM MANOPLAS DE ALTURA REGULÁVEL. COM HASTES DUPLAS DE COMPRIMENTO AJUSTÁVEL NA SUA ALTURA. PONTEIRA DE BORRACHA RESISTENTE.	PAR	50	50	50	150	0	0	0	0	150
20	MEIAS ELÁSTICAS MÉDIA COMPRESSÃO (PAR): MEIA CALÇA.	PAR	12	12	12	36	0	0	0	0	36
21	MEIAS ELÁSTICAS ALTA COMPRESSÃO (PAR).	PAR	12	12	12	36	0	0	0	0	36

LOTE 3 - COLCHÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2025	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2026	QTD. SERVIÇO SOCIAL 2027	QTD TOTAL SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL 2025	QTD. HOSPITAL 2026	QTD. HOSPITAL 2027	QTD TOTAL HOSPITAL	VALOR TOTAL
22	COLCHÃO CASCA DE OVO SOLTEIRO. ALTURA MÍNIMA 6CM. COMPOSIÇÃO: ESPUMA POLIURETANO COM DENSIDADE D23.	UNID	150	150	150	450	30	30	30	90	540
23	COLCHÃO D'ÁGUA ARTICULADO. CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA, 100% VIRGEM E ATÓXICO. SUPORTA ATÉ 130KG. MEDIDA APROXIMADA: 1,90 X 0,90M.	UNID	150	150	150	450	30	30	30	90	540
24	COLCHÃO PNEUMÁTICO ANTI ESCARAS HOSPITALAR P/ PREVENIR E TRATAR LESÕES POR PRESSÃO E ESCARAS EM PACIENTES ACAMADOS. DIMENSÕES: 25X13X10CM. KIT COLCHÃO PNEUMÁTICO + UNIDADE DE CONTROLE 127V OU 220V; MATERIAL DO COLCHÃO: PVC RESISTENTE, A PROVA D'ÁGUA E DE FÁCIL LIMPEZA / HIGIENIZAÇÃO; UNIDADE DE CONTROLE (MOTOR): PLÁSTICO ABS, COMPONENTES ELETRÔNICOS E ALÇAS DE INOX; COMPRIMENTO DO CABO DE ALIMENTAÇÃO: 3 METROS; DIMENSÕES DO COLCHÃO: COMPRIMENTO: 186 CM LARGURA: 90 CM ALTURA: 7 CM	UNID	40	40	40	120	10	10	10	30	150





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

(INFLADO); PESO QUE O PRODUTO SUPORTA: ATÉ 135 KG.
REGISTRO ANVISA. CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO.

B) DA DISPOSIÇÃO DOS ITENS QUANTO A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS (EM ATENDIMENTO AOS INCISOS I E III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006).

LOTE 1 - CADEIRAS DE RODAS/CARRINHO (AMPLA PARTICIPAÇÃO)							
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	CADEIRA DE RODAS ADULTA (DURALUMÍNIO) – 40 À 46CM DE LARGURA EM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ATRÁS 24", PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6"E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO ENTRE 40 À 44CM DE LARGURA, FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	294	0	294	R\$ 1.091,33	R\$ 320.851,02
2	CADEIRA DE RODAS PADRÃO(AÇO CARBONO)- 40 CM A 44CM PROCIRURGICA FABRICADA EM AÇO CARBONO, COM ASSENTO/ENCOSTO EM NYLON, DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, APOIO PARA BRAÇOS E PÉS FIXOS, RODAS DIANTEIRAS ARO ENTRE 05" À 7" COM PNEUS MACIÇOS E RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS. LARGURA DO ASSENTO: DE 40 CM A 44CM . PROFUNDIDADE DO ASSENTO: ATÉ 44 CM. MED. MÍN. APROXIMADAS. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	1176	0	1294	R\$ 1.214,83	R\$ 1.571.990,02
3	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO 40CM, 42CM, 44CM E 46CM LARGURA: CONFECCIONADA SOB MEDIDA, EM TUBOS DE ALUMÍNIO, BASE FIXA METAL; BRAÇOS REMOVÍVEIS OU ESCAMOTEÁVEL, COM APOIO DE BRAÇOS; EIXOS DE REMOÇÃO RÁPIDA NAS RODAS; ENCOSTO COM ESTOFAMENTO 100% NYLON, OU COURO SINTÉTICO RESISTENTE, COM ALMOFADA DO ASSENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE DE ATÉ 6 CM DE ESPESSURA; COM OU SEM FAIXA TORÁCICA (5-7 CM); COM OU SEM CINTO PÉLVICO, COM OU SEM FAIXA PARA PANTURRILHA; PROTETOR LATERAL DE ROUPA REBATÍVEL COM ABAS; RODAS TRASEIRAS DE 24", SOBRE O ARO DE	UND	89	0	89	R\$ 1.047,33	R\$ 93.212,37



PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

	PROPULSÃO COM PINOS E PNEUS INFLÁVEIS; FREIO BILATERAL; RODAS DIANTEIRAS REMOVÍVEIS DE 5" À 6", COM PNEU MACICOS, COM ROLAMENTOS BLINDADOS NOS EIXOS; COM RODAS ANTI-TOMBOS OPCIONAL; APOIO PARA OS PÉS, SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. . GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.					
4	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO - 35CM, 40CM, 42CM E 44CM : CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15" À 17", RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5" A 7" COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE PEDAIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE MÉDIA DE 75KG.GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	59	0	59	R\$ 3.800,00 R\$ 224.200,00
5	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO OBESO - ADULTO: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; PINTURA EPÓXI; EIXOS REFORÇADOS DE AÇO ;ESTOFAMENTO DE ASSENTO ACOLCHOADO; ESTOFAMENTO DE ENCOSTO ACOLCHOADO; ALMOFADA DE 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE; ESTRUTURA DOBRÁVEL COM DUPLO "X" DE AÇO; RODAS TRASEIRAS COM PNEU INFLÁVEL DE 24 X 1.3/8"; BUCHAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS DE ALUMÍNIO; ARO DE IMPULSO EM ALUMÍNIO; RODAS DIANTEIRAS DE 6" COM PNEU MACIÇO; SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS 4 RODAS; FREIOS BILATERAIS; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS INCORPORADO AO APOIO DE BRAÇOS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS COM REGULAGENS DE ALTURA; PEDAL ELEVÁVEL E REMOVÍVEL COM REGULAGEM DE ALTURA E ÂNGULO; APOIO DE PANTURRILHA REBATÍVEL; FAIXA DE CALCANHAR; APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE; RODAS ANTI-TOMBO; LARGURA DO ASSENTO: 46,48 E 50CM. COM CINTO TORÁCICO. CINTO ABDUTOR EM "Y". CINTO PÉLVICO. ABDUTOR DE PERNAS; CAPACIDADE DE MÉDIO DE 120 KG; GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.	UND				R\$ 3.800,00 R\$ 45.600,00
6	CADEIRA HIGIÊNICA ADULTO PADRÃO- COM ESTRUTURA TUBULAR FOSCA OU METÁLICA, PNEUS MACIÇOS, RODAS DIRECIONADAS ATRÁS, PNEUS DIANTEIROS DE 5" A 7", APOIOS PARA OS PÉS, LATERAIS FIXA OU REMOVÍVEL, ASSENTO SANITÁRIO COM ABERTURA FRONTAL, LARGURA DO	UND			941	R\$ 401,67 R\$ 377.971,47



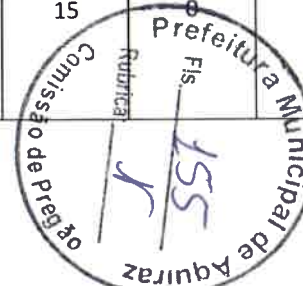
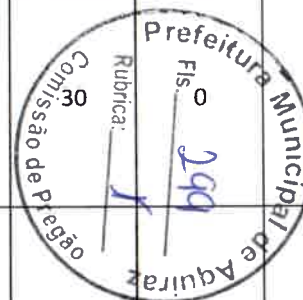


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

Secretaria
de Saúde

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

	ASSENTO ENTRE 40CM A 42CM. ENCOSTO EM NYLON, PUNHOS PARA CONDUÇÃO, CAPACIDADE DE PESO MÉDIA DE 110KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO .					
7	CADEIRA DE RODAS INFANTIL 30CM E 35CM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ENTRE 16 À 20, PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6"E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO; FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE 70 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	89	0	89	R\$ 1.294,59 R\$ 115.218,51
8	CADEIRA DE RODAS ADULTO – AÇO CARBONO -OBESO — COM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO; ASSENTO EM NYLON DUPLO REFORÇADO COM LONA E ENCOSTO EM NYLON DUPLO ALMOFADADO; DOBRÁVEL EM "X"; FREIOS BILATERAIS; APOIOS PARA OS BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS COM APOIO; APOIO PARA OS PÉS ARTICULADOS OU REMOVÍVEIS, COM ALTURA REGULÁVEL; RODAS DIANTEIRAS ARO DE 6" A 7" COM PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON INJETADO COM PNEUS ANTIFURO E ROLAMENTOS BLINDADOS DUPLO COM SISTEMA QUICK COM PLACA DE REGULAGEM HORIZONTAL; BARRA DE REFORÇO NO QUADRO E CAIXA DE ROLAMENTO, GARFO EM ALUMÍNIO; PINTURA EPÓXI. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA DO ASSENTO: DE 48CM A 55CM; ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: ATÉ 48 A 54 CM. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE ATÉ 140 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO .	UND	353	30	383	R\$ 2.516,62 R\$ 963.865,46
9	CADEIRA DE BANHO – CONCHA INFANTIL COM APOIO DE CABEÇA REMOVÍVEL TETRAPLÉGICO – CCONCHA INFANTIL COM APOIO DE CABEÇA REMOVÍVEL TETRAPLEGICA – ESTRUTURA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO PINTURA ELETROSTÁTICA ESTOFAMENTO ACOLCHOADO DE NYLON IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL QUADRO DOBRÁVEL CINTO PÉLVICO CINTO DE MEMBROS INFERIORES COM APOIO CABEÇA ACOLCHOADO E REMOVÍVEL; MEDIDA : LARGURA: DE 52CM PROFUNDIDADE: DE 33 A 43CM ALTURA: DE 47 ATÉ 77CM CAPACIDADE DE PESO MÉDIO 75K. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND			30	R\$ 1.496,83 R\$ 44.904,90
10	CADEIRA DE RODAS INFANTIL – TETRAPLÉGICO RECLINÁVEL - 38CM: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15" À 17", RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5" A 6" COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS	UND	15		15	R\$ 4.778,67 R\$ 71.680,05



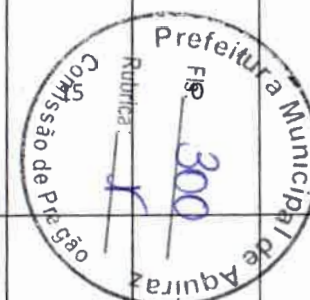


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE PEDAIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE DE PESO MÉDIO 70KG. GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.						
11	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA 40CM - ESPECÍFICA CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA -ESPECÍFICA ESTRUTURA DO QUADRO :DOBRÁVEL/DESMONTÁVEL MATERIAL: LIGA DE ALUMÍNIO ASSENTO: COM ABERTURA FRONTAL -LARGURA 46CM E PROFUNDIDADE 40 CM- ENCOSTO: NÃO RECLINÁVEL- ALTURA 40 CM, TILT: AUSENTE APOIO DE CABEÇA: AUSENTE APOIO DE BRAÇO: ESCAMOTEÁVEL APOIO DE PERNA: REMOVÍVEL APOIO DE PÉ: REBATIVEL RODAS TRASEIRAS REMOVÍVEIS: 24" RODAS DIANTEIRAS: 6" ARO DE PROPULSÃO: PRESENTE FREIO: BARRA SUPERIOR CORES VARIADAS OPCIONAL. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: ANVISA.	UND	59	0	59	R\$ 280,18	R\$ 16.530,62
12	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO - 40 À 50CM ESTRUTURA DO QUADRO: DUPLO X LARGURA DO ASSENTO: 40 À 50CM NYLON – PROFUNDIDADE: 40 À 50CM MATERIAL:DURALUMÍNIO ENCOSTO: NYLON RODAS DIANTEIRAS: EIXO FIXO -REMOVÍVEIS RODAS TRASEIRAS: EIXO REMOVÍVEL RODA ANTI-TOMBO: PRESENTE APOIO PARA CABEÇA: AUSENTE APOIO DE PÉ:REMOVÍVEIS ARO DE PROPULSÃO: COM PINOS PROTETOR LATERAL DE ROUPA: PLÁSTICO FREIO: BARRA SUPERIOR GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA, OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO .	UND	15	0	15	R\$ 3,125,33	R\$ 46.879,95
13	CADEIRA DE RODAS HIGIÊNICA (TETRAPLÉGICO)COM SISTEMA DE BASCULAÇÃO DE ATE 45° QUE FAZ COM QUE PARTE DO PESO SEJA TRANSFERIDO PARA O ENCOSTO E O APOIO DE CABEÇA. ESTRUTURA :EM ALUMÍNIO ALTURA DIANTEIRA DO ASSENTO AO PISO: 50CM. LARGURA DO ASSENTO: 46CM. PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 40CM. ALTURA DO ASSENTO: 40CM. REGULAGEM DO APOIO DOS PÉS DE 40 À 48CM. ASSENTO: NYLON OU ALMOFADADO ENCOSTO: NYLON RODA TRASEIRA DE 6" POLEGADAS E PNEU MACIÇO. RODAS DIANTEIRAS DE 6" POLEGADAS E PNEU MACIÇO. APOIO PARA CABEÇA :REMOVÍVEIS COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE CAPACIDADE MÉDIA 120 KG:GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND			15	R\$ 2.717,64	R\$ 40.764,60
14	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA DOBRÁVEL DE ALUMÍNIO OBESO A CADEIRA DE BANHO ACOPLADA COM 4 RODAS COM TRAVAS, ENCOSTO EM PLÁSTICO REVESTIDO COM UMA BORRACHA ANATÔMICA, CHASSIS EM ALUMÍNIO, COM PINTURA EPÓXI ANTIFERRUGEM; ASSENTO IMPERMEÁVEL E EMBORRACHADO COM TAMPA REMOVÍVEL; QUATRO RODAS GIRATÓRIAS COM TRAVAS COM SISTEMA DE ROLAMENTO E BLINDADAS; ; APOIO DE BRAÇO ELEVÁVEIS E ESCAMOTEÁVEIS; DOBRÁVEL, APOIO DE PÉS EM PVC REFORÇADO E REBATÍVEL; SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO POR PINO CLICK; SUPORTA PACIENTE COM ATÉ 150KG	UND	15	0	15	R\$ 704,95	R\$ 10.574,25



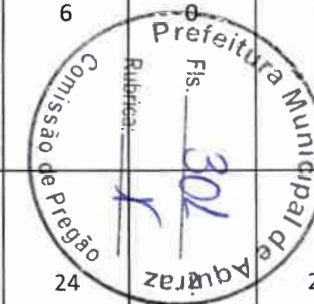


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

15	CADEIRA DE RODAS OBESO - 200 KG: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; PINTURA EPÓXI; EIXOS REFORÇADOS DE AÇO; ESTOFAMENTOS REFORÇADOS ACOLCHOADOS E IMPERMEÁVEIS; ESTRUTURA MONOBLOCO; ENCOSTO REBATÍVEL; REGULAGEM DE 6 POSIÇÕES NO CENTRO DE GRAVIDADE; RODAS TRASEIRAS COM PNEU MACIÇO DE 24 X 1.3/8"; RODAS DIANTEIRAS 200X50 COM PNEU MACIÇO; SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS RODAS TRASEIRAS; FREIOS BILATERAIS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS; PEDAL REBATÍVEL E DESMONTÁVEL, COM REGULAGEM DE ALTURA; FAIXA DE PANTURRILHA; CAPACIDADE DE PESO: 200 KG.	UND	15	0	15	R\$ 2.516,00	R\$ 37.740,00
VALOR TOTAL							R\$ 3.981.983,22
LOTE 2 - CADEIRAS DE RODAS/CARRINHO (COTA RESERVADA)							
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	CADEIRA DE RODAS ADULTA (DURALUMÍNIO) – 40 À 46CM DE LARGURA EM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ATRÁS 24", PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6"E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO ENTRE 40 À 44CM DE LARGURA, FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	6	0	6	R\$ 1.091,33	R\$ 6.547,98
2	CADEIRA DE RODAS PADRÃO(AÇO CARBONO)- 40 CM A 44CM PROCIRURGICA FABRICADA EM AÇO CARBONO, COM ASSENTO/ENCOSTO EM NYLON, DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, APOIO PARA BRAÇOS E PÉS FIXOS, RODAS DIANTEIRAS ARO ENTRE 05" À 7" COM PNEUS MACIÇOS E RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS. LARGURA DO ASSENTO: DE 40 CM A 44CM . PROFUNDIDADE DO ASSENTO: ATÉ 44 CM. MED. MÍN. APROXIMADAS. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	24	0	26	R\$ 1.214,83	R\$ 31.585,58
3	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO 40CM, 42CM, 44CM E 46CM LARGURA: CONFECCIONADA SOB MEDIDA, EM TUBOS DE ALUMÍNIO, BASE FIXA METAL; BRAÇOS REMOVÍVEIS OU ESCAMOTEÁVEL, COM APOIO DE BRAÇOS; EIXOS DE REMOÇÃO RÁPIDA NAS RODAS; ENCOSTO COM ESTOFAMENTO 100% NYLON, OU COURO SINTÉTICO RESISTENTE, COM ALMOFADA DO	UND	0	1	1	R\$ 1.047,33	R\$ 1.047,33



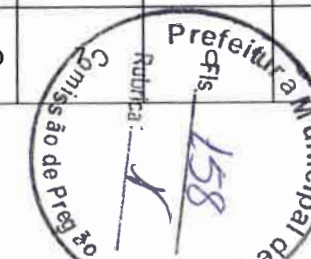
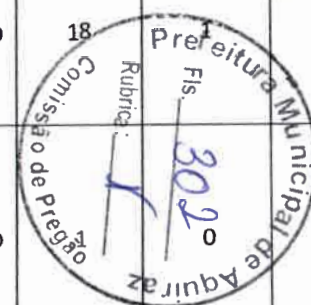


PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	ASSENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE DE ATÉ 6 CM DE ESPESSURA; COM OU SEM FAIXA TORÁCICA (5-7 CM); COM OU SEM CINTO PÉLVICO, COM OU SEM FAIXA PARA PANTURRILHA; PROTETOR LATERAL DE ROUPA REBATÍVEL COM ABAS; RODAS TRASEIRAS DE 24", SOBRE O ARO DE PROPULSÃO COM PINOS E PNEUS INFLÁVEIS; FREIO BILATERAL; RODAS DIANTEIRAS REMOVÍVEIS DE 5" À 6", COM PNEU MACICOS, COM ROLAMENTOS BLINDADOS NOS EIXOS; COM RODAS ANTITOMBOS OPCIONAL; APOIO PARA OS PÉS, SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. . GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.						
4	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO - 35CM, 40CM, 42CM E 44CM : CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15" À 17", RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5" A 7" COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE PEDAIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE MÉDIA DE 75KG.GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	1	0	1	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00
5	CADEIRA HIGIÊNICA ADULTO PADRÃO- COM ESTRUTURA TUBULAR FOSCA OU METÁLICA, PNEUS MACIÇOS, RODAS DIRECIONADAS ATRÁS, PNEUS DIANTEIROS DE 5" A 7", APOIOS PARA OS PÉS, LATERAIS FIXA OU REMOVÍVEL, ASSENTO SANITÁRIO COM ABERTURA FRONTAL, LARGURA DO ASSENTO ENTRE 40CM A 42CM. ENCOSTO EM NYLON, PUNHOS PARA CONDUÇÃO, CAPACIDADE DE PESO MÉDIA DE 110KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO .	UND	18		19	R\$ 401,67	R\$ 7.631,73
6	CADEIRA DE RODAS INFANTIL 30CM E 35CM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ENTRE 16 À 20, PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6"E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO; FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE 70 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND			1	R\$ 1.294,59	R\$ 1.294,59
7	CADEIRA DE RODAS ADULTO - AÇO CARBONO -OBESO — COM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO; ASSENTO EM NYLON DUPLO REFORÇADO COM LONA E ENCOSTO EM NYLON DUPLO ALMOFADADO; DOBRÁVEL EM "X"; FREIOS BILATERAIS; APOIOS PARA OS BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS	UND			7	R\$ 2.516,62	R\$ 17.616,34





PREFEITURA DE
AQUIRAZ

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

	COM APOIO; APOIO PARA OS PÉS ARTICULADOS OU REMOVÍVEIS, COM ALTURA REGULÁVEL; RODAS DIANTEIRAS ARO DE 6" A 7" COM PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON INJETADO COM PNEUS ANTIFURO E ROLAMENTOS BLINDADOS DUPLO COM SISTEMA QUICK COM PLACA DE REGULAGEM HORIZONTAL; BARRA DE REFORÇO NO QUADRO E CAIXA DE ROLAMENTO, GARFO EM ALUMÍNIO; PINTURA EPÓXI. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA DO ASSENTO: DE 48CM A 55CM; ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: ATÉ 48 A 54 CM. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE ATÉ 140 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO .						
8	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA 40CM - ESPECÍFICA CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA -ESPECÍFICA ESTRUTURA DO QUADRO :DOBRÁVEL/DESMONTÁVEL MATERIAL: LIGA DE ALUMÍNIO ASSENTO: COM ABERTURA FRONTAL -LARGURA 46CM E PROFUNDIDADE 40 CM- ENCOSTO: NÃO RECLINÁVEL- ALTURA 40 CM, TILT: AUSENTE APOIO DE CABEÇA: AUSENTE APOIO DE BRAÇO: ESCAMOTEÁVEL APOIO DE PERNA: REMOVÍVEL APOIO DE PÉ: REBATIVEL RODAS TRASEIRAS REMOVÍVEIS: 24" RODAS DIANTEIRAS: 6" ARO DE PROPULSÃO: PRESENTE FREIO: BARRA SUPERIOR CORES VARIADAS OPCIONAL. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: ANVISA.	UND	1	0	1	R\$ 280,18	R\$ 280,18

VALOR TOTAL

R\$ 69.803,73

LOTE 3 - MOBILIDADE (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO, EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	113	0	113	R\$ 226,67	R\$ 25.613,71
2	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO (INFANTIL), EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	113	0	113	R\$ 194,00	R\$ 21.922,00
3	MULETA CANADENSE, ARTICULADA, EM ALUMÍNIO, REGULÁVEL NA ALTURA, PONTEIRAS EM BORRACHA RESISTENTE (PAR).	PAR	113	0	113	R\$ 130,77	R\$ 14.777,01
4	MULETA AXILAR DE ALUMINIO REGULÁVEL EM ALTURA (PAR). MULETA AXILAR DE ALUMÍNIO TUBULAR ANODIZADO OU COM PINTURA ELETROSTÁTICA PARA USO PERMANENTE, COM APOIOS AXILARES DE MATERIAL EMBORRACHADO INJETADO OU ALMOFADO, COM MANOPLAS DE ALTURA REGULÁVEL. COM HASTES DUPLAS DE COMPRIMENTO AJUSTÁVEL NA SUA ALTURA. PONTEIRA DE BORRACHA RESISTENTE.	PAR	113	0	113	R\$ 118,33	R\$ 13.371,29
5	MEIAS ELÁSTICAS MÉDIA COMPRESSÃO (PAR): MEIA CALÇA.	PAR	27	0	27	R\$ 184,01	R\$ 4.968,27
6	MEIAS ELÁSTICAS ALTA COMPRESSÃO (PAR).	PAR	27	0	27	R\$ 263,87	R\$ 7.124,49

VALOR TOTAL

R\$ 87.776,77

LOTE 4 - MOBILIDADE (COTA RESERVADA)





PREFEITURA DE
AQUIRAZ
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO, EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	37	0	37	R\$ 226,67	R\$ 8.386,79
2	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO (INFANTIL), EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	37	0	37	R\$ 194,00	R\$ 7.178,00
3	MULETA CANADENSE, ARTICULADA, EM ALUMÍNIO, REGULÁVEL NA ALTURA, PONTEIRAS EM BORRACHA RESISTENTE (PAR).	PAR	37	0	37	R\$ 130,77	R\$ 4.838,49
4	MULETA AXILAR DE ALUMINIO REGULÁVEL EM ALTURA (PAR). MULETA AXILAR DE ALUMÍNIO TUBULAR ANODIZADO OU COM PINTURA ELETROSTÁTICA PARA USO PERMANENTE, COM APOIOS AXILARES DE MATERIAL EMBORRACHADO INJETADO OU ALMOFADO, COM MANOPLAS DE ALTURA REGULÁVEL. COM HASTES DUPLAS DE COMPRIMENTO AJUSTÁVEL NA SUA ALTURA. PONTEIRA DE BORRACHA RESISTENTE.	PAR	37	0	37	R\$ 118,33	R\$ 4.378,21
5	MEIAS ELÁSTICAS MÉDIA COMPRESSÃO (PAR): MEIA CALÇA.	PAR	9	0	9	R\$ 184,01	R\$ 1.656,09
6	MEIAS ELÁSTICAS ALTA COMPRESSÃO (PAR).	PAR	9	0	9	R\$ 263,87	R\$ 2.374,83
VALOR TOTAL							R\$ 28.812,41

LOTE 5 - COLCHÃO (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	COLCHÃO CASCA DE OVO SOLTEIRO. ALTURA MÍNIMA 6CM. COMPOSIÇÃO: ESPUMA POLIURETANO COM DENSIDADE D23.	UNID	365	73	438	R\$ 311,07	R\$ 136.248,66
2	COLCHÃO D'ÁGUA ARTICULADO. CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA, 100% VIRGEM E ATÓXICO. SUPORTA ATÉ 130KG. MEDIDA APROXIMADA: 1,90 X 0,90M.	UNID	365	73	438	R\$ 368,31	R\$ 161.319,78
3	COLCHÃO PNEUMÁTICO ANTI ESCARAS HOSPITALAR P/ PREVENIR E TRATAR LESÕES POR PRESSÃO E ESCARAS EM PACIENTES ACAMADOS. DIMENSÕES: 25X13X10CM. KIT COLCHÃO PNEUMÁTICO + UNIDADE DE CONTROLE 127V OU 220V; MATERIAL DO COLCHÃO: PVC RESISTENTE, A PROVA D'ÁGUA E DE FÁCIL LIMPEZA / HIGIENIZAÇÃO; UNIDADE DE CONTROLE (MOTOR): PLÁSTICO ABS, COMPONENTES ELETRÔNICOS E ALÇAS DE INOX; COMPRIMENTO DO CABO DE ALIMENTAÇÃO: 3 METROS; DIMENSÕES DO COLCHÃO: COMPRIMENTO: 186 CM LARGURA: 90 CM ALTURA: 7 CM (INFLADO); PESO QUE O PRODUTO SUPORTA: ATÉ 135 KG. REGISTRO ANVISA. CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO.	UNID	98	25	123	R\$ 302,73	R\$ 37.235,79
VALOR TOTAL							R\$ 334.804,23





PREFEITURA DE
AQUIRAZ
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Secretaria
de Saúde

LOTE 6 - COLCHÃO (COTA RESERVADA)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	COLCHÃO CASCA DE OVO SOLTEIRO. ALTURA MÍNIMA 6CM. COMPOSIÇÃO: ESPUMA POLIURETANO COM DENSIDADE D23.	UNID	85	17	102	R\$ 311,07	R\$ 31.729,14
2	COLCHÃO D'ÁGUA ARTICULADO. CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA, 100% VIRGEM E ATÓXICO. SUPORTA ATÉ 130KG. MEDIDA APROXIMADA: 1,90 X 0,90M.	UNID	85	17	102	R\$ 368,31	R\$ 37.567,62
3	COLCHÃO PNEUMÁTICO ANTI ESCARAS HOSPITALAR P/ PREVENIR E TRATAR LESÕES POR PRESSÃO E ESCARAS EM PACIENTES ACAMADOS. DIMENSÕES: 25X13X10CM. KIT COLCHÃO PNEUMÁTICO + UNIDADE DE CONTROLE 127V OU 220V; MATERIAL DO COLCHÃO: PVC RESISTENTE, A PROVA D'ÁGUA E DE FÁCIL LIMPEZA / HIGIENIZAÇÃO; UNIDADE DE CONTROLE (MOTOR): PLÁSTICO ABS, COMPONENTES ELETRÔNICOS E ALÇAS DE INOX; COMPRIMENTO DO CABO DE ALIMENTAÇÃO: 3 METROS; DIMENSÕES DO COLCHÃO: COMPRIMENTO: 186 CM LARGURA: 90 CM ALTURA: 7 CM (INFLADO); PESO QUE O PRODUTO SUPORTA: ATÉ 135 KG. REGISTRO ANVISA. CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO.	UNID	22	5	27	R\$ 302,73	R\$ 8.173,71
VALOR TOTAL							R\$ 77.470,47
VALOR GLOBAL							R\$ 4.580.650,83





ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

- a.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Av. Santos Dumont, 26 0, Centro - Aquiraz/ CE - 61700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).

b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação Econômico-Financeira

c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados no órgão competente de origem)

c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

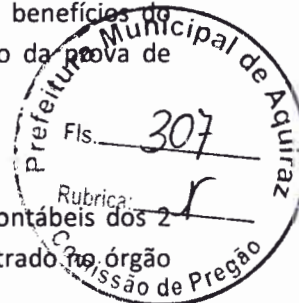
c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.

c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



Av. Santos Dumont, 260, Centro - Aquiraz/ CE - 61.700-000
Fone: (85) 4062.8090 - Ramal 9117



c.8. Prova de capital social mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 5% (cinco por cento) arrematado.

d. Qualificação Técnica

d.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) pública(s) ou privada(s), que comprovem fornecimento anterior de bens similares.

d.2. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição do objeto fornecido, o período de execução e a indicação de que o fornecimento ocorreu de forma satisfatória, podendo a Administração, a seu critério, realizar diligências para esclarecimentos ou complementações, nos termos da legislação vigente.

e. Outros documentos

- e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do edital e seus anexos;
- e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ.

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.006/2026 PE

Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____

Banco: _____ Agência Nº: _____ Conta Corrente nº: _____

E-mail: _____

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, ÓRTESES, PRÓTESES E DEMAIS MATERIAIS ESPECIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO HOSPITAL GERAL MANOEL ASSUNÇÃO PIRES DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ/CE.

LOTE 1 - CADEIRAS DE RODAS/CARRINHO (AMPLA PARTICIPAÇÃO)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	QTD. TOTAL	MARCA	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	CADEIRA DE RODAS ADULTA (DURALUMÍNIO) – 40 À 46CM DE LARGURA EM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ATRÁS 24", PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6"E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO ENTRE 40 À 44CM DE LARGURA, FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.	UND	294	0	294			
2	CADEIRA DE RODAS PADRÃO(AÇO CARBONO)- 40 CM A 44CM PROCIRURGICA FABRICADA EM AÇO CARBONO, COM ASSENTO/ENCOSTO	UND	1176	118	1294			

Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57



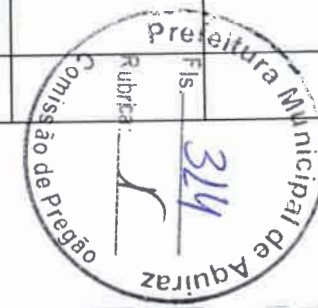
	EM NYLON, DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, APOIO PARA BRAÇOS E PÉS FIXOS, RODAS DIANTEIRAS ARO ENTRE 05" À 7" COM PNEUS MACIÇOS E RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS. LARGURA DO ASSENTO: DE 40 CM A 44CM . PROFUNDIDADE DO ASSENTO: ATÉ 44 CM. MED. MÍN. APROXIMADAS. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.					
3	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO 40CM, 42CM, 44CM E 46CM LARGURA: CONFECCIONADA SOB MEDIDA, EM TUBOS DE ALUMÍNIO, BASE FIXA METAL; BRAÇOS REMOVÍVEIS OU ESCAMOTEÁVEL, COM APOIO DE BRAÇOS; EIXOS DE REMOÇÃO RÁPIDA NAS RODAS; ENCOSTO COM ESTOFAMENTO 100% NYLON, OU COURO SINTÉTICO RESISTENTE, COM ALMOFADA DO ASSENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE DE ATÉ 6 CM DE ESPESSURA; COM OU SEM FAIXA TORÁCICA (5-7 CM); COM OU SEM CINTO PÉLVICO, COM OU SEM FAIXA PARA PANTURRILHA; PROTETOR LATERAL DE ROUPA REBATÍVEL COM ABAS; RODAS TRASEIRAS DE 24", SOBRE O ARO DE PROPULSÃO COM PINOS E PNEUS INFLÁVEIS; FREIO BILATERAL; RODAS DIANTEIRAS REMOVÍVEIS DE 5" À 6", COM PNEU MACICOS, COM ROLAMENTOS BLINDADOS NOS EIXOS; COM RODAS ANTI-TOMBOS OPCIONAL; APOIO PARA OS PÉS, SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. . GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	89	0	89	
4	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO - 35CM, 40CM, 42CM E 44CM : CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15" À 17", RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5" A 7" COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE PEDAIIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE MÉDIA DE 75KG.GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	59	0	59	

5	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO OBESO - ADULTO: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; PINTURA EPÓXI; EIXOS REFORÇADOS DE AÇO ;ESTOFAMENTO DE ASSENTO ACOLCHOADO; ESTOFAMENTO DE ENCOSTO ACOLCHOADO; ALMOFADA DE 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE; ESTRUTURA DOBRÁVEL COM DUPLO "X" DE AÇO; RODAS TRASEIRAS COM PNEU INFLÁVEL DE 24 X 1.3/8"; BUCHAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS DE ALUMÍNIO; ARO DE IMPULSO EM ALUMÍNIO; RODAS DIANTEIRAS DE 6" COM PNEU MACIÇO; SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS 4 RODAS; FREIOS BILATERAIS; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS INCORPORADO AO APOIO DE BRAÇOS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS COM REGULAGENS DE ALTURA; PEDAL ELEVÁVEL E REMOVÍVEL COM REGULAGEM DE ALTURA E ÂNGULO; APOIO DE PANTURRILHA REBATÍVEL; FAIXA DE CALCANHAR; APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE; RODAS ANTI-TOMBO; LARGURA DO ASSENTO: 46,48 E 50CM. COM CINTO TORÁCICO. CINTO ABDUTOR EM "Y". CINTO PÉLVICO. ABDUTOR DE PERNAS; CAPACIDADE DE MÉDIO DE 120 KG; GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	12	0	12			
6	CADEIRA HIGIÊNICA ADULTO PADRÃO- COM ESTRUTURA TUBULAR FOSCA OU METÁLICA, PNEUS MACIÇOS, RODAS DIRECIONADAS ATRÁS, PNEUS DIANTEIROS DE 5" A 7", APOIOS PARA OS PÉS, LATERAIS FIXA OU REMOVÍVEL, ASSENTO SANITÁRIO COM ABERTURA FRONTAL, LARGURA DO ASSENTO ENTRE 40CM A 42CM. ENCOSTO EM NYLON, PUNHOS PARA CONDUÇÃO, CAPACIDADE DE PESO MÉDIA DE 110KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	882	59	941			
7	CADEIRA DE RODAS INFANTIL 30CM E 35CM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ENTRE 16 À 20, PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6"E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO; FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE	UND	89	0	89			

	NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE 70 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.						
8	CADEIRA DE RODAS ADULTO – AÇO CARBONO -OBESO — COM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO; ASSENTO EM NYLON DUPLO REFORÇADO COM LONA E ENCOSTO EM NYLON DUPLO ALMOFADADO; DOBRÁVEL EM “X”; FREIOS BILATERAIS; APOIOS PARA OS BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS COM APOIO; APOIO PARA OS PÉS ARTICULADOS OU REMOVÍVEIS, COM ALTURA REGULÁVEL; RODAS DIANTEIRAS ARO DE 6” A 7” COM PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24” EM NYLON INJETADO COM PNEUS ANTIFURO E ROLAMENTOS BLINDADOS DUPLO COM SISTEMA QUICK COM PLACA DE REGULAGEM HORIZONTAL; BARRA DE REFORÇO NO QUADRO E CAIXA DE ROLAMENTO, GARFO EM ALUMÍNIO; PINTURA EPÓXI. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA DO ASSENTO: DE 48CM A 55CM; ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: ATÉ 48 A 54 CM. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE ATÉ 140 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO .	UND	353	30	383		
9	CADEIRA DE BANHO – CONCHA INFANTIL COM APOIO DE CABEÇA REMOVÍVEL TETRAPLÉGICO – CCONCHA INFANTIL COM APOIO DE CABEÇA REMOVÍVEL TETRAPLEGICA – ESTRUTURA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO PINTURA ELETROSTÁTICA ESTOFAMENTO ACOLCHOADO DE NYLON IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL QUADRO DOBRÁVEL CINTO PÉLVICO CINTO DE MEMBROS INFERIORES COM APOIO CABEÇA ACOLCHOADO E REMOVÍVEL; MEDIDA : LARGURA: DE 52CM PROFUNDIDADE: DE 33 A 43CM ALTURA: DE 47 ATÉ 77CM CAPACIDADE DE PESO MÉDIO 75K. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	30	0	30		
10	CADEIRA DE RODAS INFANTIL – TETRAPLÉGICO RECLINÁVEL - 38CM: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15” À 17”, RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5” A 6” COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA “QUICK RELEASE” NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE	UND	15	0	15		

	PEDAIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE DE PESO MÉDIO 70KG. GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.					
11	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA 40CM - ESPECÍFICA CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA -ESPECÍFICA ESTRUTURA DO QUADRO :DOBRÁVEL/DESMONTÁVEL MATERIAL: LIGA DE ALUMÍNIO ASSENTO: COM ABERTURA FRONTAL -LARGURA 46CM E PROFUNDIDADE 40 CM- ENCOSTO: NÃO RECLINÁVEL- ALTURA 40 CM, TILT: AUSENTE APOIO DE CABEÇA: AUSENTE APOIO DE BRAÇO: ESCAMOTEÁVEL APOIO DE PERNA: REMOVÍVEL APOIO DE PÉ: REBATÍVEL RODAS TRASEIRAS REMOVÍVEIS: 24" RODAS DIANTEIRAS: 6" ARO DE PROPULSÃO: PRESENTE FREIO: BARRA SUPERIOR CORES VARIADAS OPCIONAL. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: ANVISA.	UND	59	0	59	
12	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO - 40 À 50CM ESTRUTURA DO QUADRO: DUPLO X LARGURA DO ASSENTO: 40 À 50CM NYLON – PROFUNDIDADE: 40 À 50CM MATERIAL:DURALUMÍNIO ENCOSTO: NYLON RODAS DIANTEIRAS: EIXO FIXO -REMOVÍVEIS RODAS TRASEIRAS: EIXO REMOVÍVEL RODA ANTI-TOMBO: PRESENTE APOIO PARA CABEÇA: AUSENTE APOIO DE PÉ:REMOVÍVEIS ARO DE PROPULSÃO: COM PINOS PROTETOR LATERAL DE ROUPA: PLÁSTICO FREIO: BARRA SUPERIOR GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.	UND	15	0	15	
13	CADEIRA DE RODAS HIGIÊNICA (TETRAPLÉGICO)COM SISTEMA DE BASCULAÇÃO DE ATE 45° QUE FAZ COM QUE PARTE DO PESO SEJA TRANSFERIDO PARA O ENCOSTO E O APOIO DE CABEÇA. ESTRUTURA :EM ALUMÍNIO ALTURA DIANTEIRA DO ASSENTO AO PISO: 50CM. LARGURA DO ASSENTO: 46CM. PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 40CM. ALTURA DO ASSENTO: 40CM. REGULAGEM DO APOIO DOS PÉS DE 40 À 48CM. ASSENTO: NYLON OU ALMOFADADO ENCOSTO: NYLON RODA TRASEIRA DE 6" POLEGADAS E PNEU MACIÇO. RODAS DIANTEIRAS DE 6" POLEGADAS E PNEU MACIÇO. APOIO PARA CABEÇA :REMOVÍVEIS COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE CAPACIDADE MÉDIA 120 KG:GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	15	0	15	
14	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA DOBRÁVEL DE ALUMÍNIO OBESO A CADEIRA DE BANHO ACOPLADA COM 4 RODAS COM TRAVAS, ENCOSTO EM PLÁSTICO REVESTIDO COM UMA BORRACHA ANATÔMICA, CHASSIS EM ALUMÍNIO, COM PINTURA EPÓXI ANTIFERRUGEM; ASSENTO IMPERMEÁVEL E EMBORRACHADO	UND	15	0	15	

	COM TAMPA REMOVÍVEL; QUATRO RODAS GIRATÓRIAS COM TRAVAS COM SISTEMA DE ROLAMENTO E BLINDADAS; ; APOIO DE BRAÇO ELEVÁVEIS E ESCAMOTEÁVEIS; DOBRÁVEL, APOIO DE PÉS EM PVC REFORÇADO E REBATÍVEL; SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO POR PINO CLICK; SUPORTA PACIENTE COM ATÉ 150KG							
15	CADEIRA DE RODAS OBESO - 200 KG: CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; PINTURA EPÓXI; EIXOS REFORÇADOS DE AÇO; ESTOFAMENTOS REFORÇADOS ACOLCHOADOS E IMPERMEÁVEIS; ESTRUTURA MONOBLOCO; ENCOSTO REBATÍVEL; REGULAGEM DE 6 POSIÇÕES NO CENTRO DE GRAVIDADE; RODAS TRASEIRAS COM PNEU MACIÇO DE 24 X 1.3/8"; RODAS DIANTEIRAS 200X50 COM PNEU MACIÇO; SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS RODAS TRASEIRAS; FREIOS BILATERAIS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS; PEDAL REBATÍVEL E DESMONTÁVEL, COM REGULAGEM DE ALTURA; FAIXA DE PANTURRILHA; CAPACIDADE DE PESO: 200 KG.	UND	15	0	15			
VALOR TOTAL								
LOTE 2 - CADEIRAS DE RODAS/CARRINHO (COTA RESERVADA)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	MARCA	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	CADEIRA DE RODAS ADULTA (DURALUMÍNIO) – 40 À 46CM DE LARGURA EM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ATRÁS 24", PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6"E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO ENTRE 40 À 44CM DE LARGURA, FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEM DE FORNECIMENTO .	UND	6	0	6			
2	CADEIRA DE RODAS PADRÃO(AÇO CARBONO)- 40 CM A 44CM PROCIRURGICA FABRICADA EM AÇO CARBONO, COM ASSENTO/ENCOSTO	UND	24	2	26			



	EM NYLON, DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, APOIO PARA BRAÇOS E PÉS FIXOS, RODAS DIANTEIRAS ARO ENTRE 05" À 7" COM PNEUS MACIÇOS E RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS. LARGURA DO ASSENTO: DE 40 CM A 44CM . PROFUNDIDADE DO ASSENTO: ATÉ 44 CM. MED. MÍN. APROXIMADAS. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.						
3	CADEIRA DE RODAS MONOBLOCO 40CM, 42CM, 44CM E 46CM LARGURA: CONFECCIONADA SOB MEDIDA, EM TUBOS DE ALUMÍNIO, BASE FIXA METAL; BRAÇOS REMOVÍVEIS OU ESCAMOTEÁVEL, COM APOIO DE BRAÇOS; EIXOS DE REMOÇÃO RÁPIDA NAS RODAS; ENCOSTO COM ESTOFAMENTO 100% NYLON, OU COURO SINTÉTICO RESISTENTE, COM ALMOFADA DO ASSENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE DE ATÉ 6 CM DE ESPESSURA; COM OU SEM FAIXA TORÁCICA (5-7 CM); COM OU SEM CINTO PÉLVICO, COM OU SEM FAIXA PARA PANTURRILHA; PROTETOR LATERAL DE ROUPA REBATÍVEL COM ABAS; RODAS TRASEIRAS DE 24", SOBRE O ARO DE PROPULSÃO COM PINOS E PNEUS INFLÁVEIS; FREIO BILATERAL; RODAS DIANTEIRAS REMOVÍVEIS DE 5" À 6", COM PNEU MACICOS, COM ROLAMENTOS BLINDADOS NOS EIXOS; COM RODAS ANTI-TOMBOS OPCIONAL; APOIO PARA OS PÉS, SUPORTANDO EM MÉDIA 120 KG. . GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	1	0	1		
4	CADEIRA DE RODAS TETRAPLÉGICO - 35CM, 40CM, 42CM E 44CM : CONSTRUÍDA EM LIGA DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO TEMPERADO, ROLAMENTO BLINDADOS NAS QUATRO RODAS, INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS DE AÇO, PINTURA EPÓXI, ESTRUTURA MONOBLOCO, RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS ANTIFURO DE 15" À 17", RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS ENTRE 5" A 7" COM GARFO DE NYLON, SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA "QUICK RELEASE" NAS QUATRO RODAS, FREIOS BILATERAIS, APOIO DE CABEÇA EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, COLETE TORÁCICO DE QUATRO PONTOS PARA SUSTENTAÇÃO DO TRONCO, POLTRONA DE FÁCIL DESMONTAGEM, MANOPLAS INDIVIDUAIS PARA CONDUÇÃO DE TERCEIROS, APOIO DE BRAÇOS ELEVÁVEL, SUPORTE DE PEDAIS REMOVÍVEIS E REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE, APOIO DE PÉS TIPO PLATAFORMA COM FITA DE FIXAÇÃO, SISTEMA DE RECLÍNEO "TILT", RODAS ANTITOMBO, MESA DE ATIVIDADES OPCIONAL, CAPACIDADE MÉDIA DE 75KG.GARANTIA DE 01 ANO REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	1	0	1		

Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57



5	CADEIRA HIGIÊNICA ADULTO PADRÃO- COM ESTRUTURA TUBULAR FOSCA OU METÁLICA, PNEUS MACIÇOS, RODAS DIRECIONADAS ATRÁS, PNEUS DIANTEIROS DE 5" A 7", APOIOS PARA OS PÉS, LATERAIS FIXA OU REMOVÍVEL, ASSENTO SANITÁRIO COM ABERTURA FRONTAL, LARGURA DO ASSENTO ENTRE 40CM A 42CM. ENCOSTO EM NYLON, PUNHOS PARA CONDUÇÃO, CAPACIDADE DE PESO MÉDIA DE 110KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.	UND	18	1	19		
6	CADEIRA DE RODAS INFANTIL 30CM E 35CM ESTRUTURA DURALUMÍNIO, RODAS PROPULSORAS ENTRE 16 À 20, PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS, RODAS DIRECIONADAS A FRENTE TAM ENTRE 6" E 7", PNEUS MACIÇOS, APOIOS PARA OS PÉS DE POLIPROPILENO INDIVIDUAIS ARTICULADOS E REMOVÍVEIS COM ALTURA REGULÁVEL, LATERAL ESCAMOTEÁVEL COM APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA DE QUADRO EM X, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON PRETO; FREIOS EM BARRA SUPERIOR, EIXOS MONTADOS SOB BUCHA DE NYLON, FAIXA SUPORTE PARA PERNAS. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE 70 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA.	UND	1	0	1		
7	CADEIRA DE RODAS ADULTO – AÇO CARBONO -OBESO — COM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO; ASSENTO EM NYLON DUPLO REFORÇADO COM LONA E ENCOSTO EM NYLON DUPLO ALMOFADADO; DOBRÁVEL EM "X"; FREIOS BILATERAIS; APOIOS PARA OS BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS COM APOIO; APOIO PARA OS PÉS ARTICULADOS OU REMOVÍVEIS, COM ALTURA REGULÁVEL; RODAS DIANTEIRAS ARO DE 6" A 7" COM PNEUS MACIÇOS; RODAS TRASEIRAS ARO 24" EM NYLON INJETADO COM PNEUS ANTIFURO E ROLAMENTOS BLINDADOS DUPLO COM SISTEMA QUICK COM PLACA DE REGULAGEM HORIZONTAL; BARRA DE REFORÇO NO QUADRO E CAIXA DE ROLAMENTO, GARFO EM ALUMÍNIO; PINTURA EPÓXI. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA DO ASSENTO: DE 48CM A 55CM; ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: ATÉ 48 A 54 CM. SUPORTANDO PESO MÉDIO DE ATÉ 140 KG. GARANTIA DE 01 ANO. REGISTRO: M.S/ANVISA. OBS: QUANTITATIVO POR TAMANHO A SER DEFINIDO NO MOMENTO DO PEDIDO/ORDEN DE FORNECIMENTO.	UND	7	0	7		
8	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA 40CM - ESPECÍFICA CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA -ESPECÍFICA ESTRUTURA DO QUADRO :DOBRÁVEL/DESMONTÁVEL MATERIAL: LIGA DE ALUMÍNIO ASSENTO: COM ABERTURA FRONTAL -LARGURA 46CM E PROFUNDIDADE 40 CM- ENCOSTO: NÃO RECLINÁVEL- ALTURA 40 CM,	UND	1	0	1		

Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
 CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57



TILT: AUSENTE APOIO DE CABEÇA: AUSENTE APOIO DE BRAÇO: ESCAMOTEÁVEL
APOIO DE PERNA: REMOVÍVEL APOIO DE PÉ: REBATÍVEL RODAS TRASEIRAS
REMOVÍVEIS: 24" RODAS DIANTEIRAS: 6" ARO DE PROPULSÃO: PRESENTE FREIO:
BARRA SUPERIOR CORES VARIADAS OPCIONAL. GARANTIA DE 01 ANO.
REGISTRO: ANVISA.

VALOR TOTAL

LOTE 3 - MOBILIDADE (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	MARCA	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO, EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	113	0	113			
2	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO (INFANTIL), EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	113	0	113			
3	MULETA CANADENSE, ARTICULADA, EM ALUMÍNIO, REGULÁVEL NA ALTURA, PONTEIRAS EM BORRACHA RESISTENTE (PAR).	PAR	113	0	113			
4	MULETA AXILAR DE ALUMINIO REGULÁVEL EM ALTURA (PAR). MULETA AXILAR DE ALUMÍNIO TUBULAR ANODIZADO OU COM PINTURA ELETROSTÁTICA PARA USO PERMANENTE, COM APOIOS AXILARES DE MATERIAL EMBORRACHADO INJETADO OU ALMOFADO, COM MANOPLAS DE ALTURA REGULÁVEL. COM HASTES DUPLAS DE COMPRIMENTO AJUSTÁVEL NA SUA ALTURA. PONTEIRA DE BORRACHA RESISTENTE.	PAR	113	0	113			
5	MEIAS ELÁSTICAS MÉDIA COMPRESSÃO (PAR): MEIA CALÇA.	PAR	27	0	27			
6	MEIAS ELÁSTICAS ALTA COMPRESSÃO (PAR).	PAR	27	0	27			

VALOR TOTAL

LOTE 4 - MOBILIDADE (COTA RESERVADA)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	MARCA	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO, EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	37	0	37			
2	ANDADOR FIXO OU ARTICULADO (INFANTIL), EM ALUMÍNIO REGULÁVEL NA ALTURA, COM QUATRO PONTEIRAS RESISTENTES.	UNID	37	0	37			
3	MULETA CANADENSE, ARTICULADA, EM ALUMÍNIO, REGULÁVEL NA ALTURA,	PAR	37	0	37			

Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57



	PONTEIRAS EM BORRACHA RESISTENTE (PAR).							
4	MULETA AXILAR DE ALUMINIO REGULÁVEL EM ALTURA (PAR). MULETA AXILAR DE ALUMÍNIO TUBULAR ANODIZADO OU COM PINTURA ELETROSTÁTICA PARA USO PERMANENTE, COM APOIOS AXILARES DE MATERIAL EMBORRACHADO INJETADO OU ALMOFADO, COM MANOPLAS DE ALTURA REGULÁVEL. COM HASTES DUPLAS DE COMPRIMENTO AJUSTÁVEL NA SUA ALTURA. PONTEIRA DE BORRACHA RESISTENTE.	PAR	37	0	37			
5	MEIAS ELÁSTICAS MÉDIA COMPRESSÃO (PAR): MEIA CALÇA.	PAR	9	0	9			
6	MEIAS ELÁSTICAS ALTA COMPRESSÃO (PAR).	PAR	9	0	9			
VALOR TOTAL								

LOTE 5 - COLCHÃO (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO SOCIAL	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	MARCA	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
1	COLCHÃO CASCA DE OVO SOLTEIRO. ALTURA MÍNIMA 6CM. COMPOSIÇÃO: ESPUMA POLIURETANO COM DENSIDADE D23.	UNID	365	73	438			
2	COLCHÃO D'ÁGUA ARTICULADO. CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA, 100% VIRGEM E ATÓXICO. SUPORTA ATÉ 130KG. MEDIDA APROXIMADA: 1,90 X 0,90M.	UNID	365	73	438			
3	COLCHÃO PNEUMÁTICO ANTI ESCARAS HOSPITALAR P/ PREVENIR E TRATAR LESÕES POR PRESSÃO E ESCARAS EM PACIENTES ACAMADOS. DIMENSÕES: 25X13X10CM. KIT COLCHÃO PNEUMÁTICO + UNIDADE DE CONTROLE 127V OU 220V; MATERIAL DO COLCHÃO: PVC RESISTENTE, A PROVA D'ÁGUA E DE FÁCIL LIMPEZA / HIGIENIZAÇÃO; UNIDADE DE CONTROLE (MOTOR): PLÁSTICO ABS, COMPONENTES ELETRÔNICOS E ALÇAS DE INOX; COMPRIMENTO DO CABO DE ALIMENTAÇÃO: 3 METROS; DIMENSÕES DO COLCHÃO: COMPRIMENTO: 186 CM LARGURA: 90 CM ALTURA: 7 CM (INFLADO); PESO QUE O PRODUTO SUPORTA: ATÉ 135 KG. REGISTRO ANVISA. CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO.	UNID	98	25	123			
VALOR TOTAL								



LOTE 6 - COLCHÃO (COTA RESERVADA)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD. SERVIÇO	QTD. HOSPITAL	VALOR TOTAL	MARCA	VALOR UNITA. (R\$)	VALOR TOTAL
------	----------------	------	-----------------	------------------	----------------	-------	-----------------------	----------------

1	COLCHÃO CASCA DE OVO SOLTEIRO. ALTURA MÍNIMA 6CM. COMPOSIÇÃO: ESPUMA POLIURETANO COM DENSIDADE D23.	UNID	85	17	102			
2	COLCHÃO D'ÁGUA ARTICULADO. CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA, 100% VIRGEM E ATÓXICO. SUPORTA ATÉ 130KG. MEDIDA APROXIMADA: 1,90 X 0,90M.	UNID	85	17	102			
3	COLCHÃO PNEUMÁTICO ANTI ESCARAS HOSPITALAR P/ PREVENIR E TRATAR LESÕES POR PRESSÃO E ESCARAS EM PACIENTES ACAMADOS. DIMENSÕES: 25X13X10CM. KIT COLCHÃO PNEUMÁTICO + UNIDADE DE CONTROLE 127V OU 220V; MATERIAL DO COLCHÃO: PVC RESISTENTE, A PROVA D'ÁGUA E DE FÁCIL LIMPEZA / HIGIENIZAÇÃO; UNIDADE DE CONTROLE (MOTOR): PLÁSTICO ABS, COMPONENTES ELETRÔNICOS E ALÇAS DE INOX; COMPRIMENTO DO CABO DE ALIMENTAÇÃO: 3 METROS; DIMENSÕES DO COLCHÃO: COMPRIMENTO: 186 CM LARGURA: 90 CM ALTURA: 7 CM (INFLADO); PESO QUE O PRODUTO SUPORTA: ATÉ 135 KG. REGISTRO ANVISA. CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO.	UNID	22	5	27			
VALOR TOTAL								
VALOR GLOBAL								

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Observações:

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo II - TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pelo fornecimento.

Local/Data:, de de

Assinatura Proponente

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal

Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57



ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.006/2026 PE

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A SECRETARIA DE SAÚDE DE AQUIRAZ/CE, E DO OUTRO A EMPRESA _____ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O município de AQUIRAZ, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua da Integração, s/n, Centro, Aquiraz/CE, através da **SECRETARIA DE SAÚDE**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, C.P.F. Nº _____, aqui denominado (a) de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo (a) S.r(a). _____, portador (a) do CPF nº _____, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato encontra-se fundamentado pelo processo administrativo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tombado sob o Nº 15.006/2026 PE em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 - Lei das Licitações Públicas e Decreto Municipal n.º 067/2023, de 23 de agosto de 2023, assim como, a legislação complementar em vigor.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Estudo Técnico Preliminar – ETP e Plano de Trabalho;
- b) O Termo de Referência – TR;
- c) O Edital da Licitação;
- d) A proposta de preços do contratado;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados; e
- f) Legislação Municipal regulamentadora quanto a Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente a **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, ÓRTESES, PRÓTESES E DEMAIS MATERIAIS ESPECIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO HOSPITAL GERAL MANOEL ASSUNÇÃO PIRES DO MUNICIPIO DE AQUIRAZ/CE**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo II do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ ____ (____), a ser pago na proporção da entrega dos produtos licitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT do proponente vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

3.2. O reajuste deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data do último reajuste, hipótese na qual será utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

3.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

3.5. A documentação tratada no item 3.1 deste instrumento será a seguinte:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação às contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do Trabalho;

3.6. Conforme Decreto Municipal nº 055/2023, de 13/07/2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do imposto de renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública municipal direta, fica determinado que:

a) Os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta, bem como suas Autarquias e Fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de serviços ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e alterações, da Receita Federal do Brasil.

a.1) As retenções de que trata o "caput" deste artigo serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de serviços ou de prestação de serviços para execução futura.

b) Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de serviços ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do Imposto de Renda devem informar essa condição em seus documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

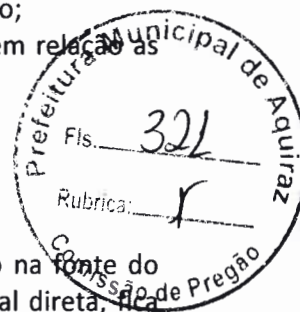
CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e vigorará por 03 (três) anos, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes a _____:

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES



6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal n.º 14.133/21, do Decreto Municipal n.º 067/2023, de 23 de agosto de 2023 e da proposta adjudicada.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

- a) executar o fornecimento dos produtos contratados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório e no ANEXO II, que fazem parte deste instrumento, observando, ainda, todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021;
- g) entregar os produtos de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- h) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros considerados necessários para recebimento de correspondência;
- m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento do objeto deste contrato;
- o) manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- p) Arcar com as despesas da entrega do produto no local indicado na autorização de fornecimento.

6.2.1. No caso de constatação da inadequação dos produtos fornecidos às normas e exigências especificadas no Termo de Referência, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário o fornecimento dos bens, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;
- 6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento.

6.4. LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

6.4.1. Os produtos deverão ser entregues nos locais designados na ordem de compra emitida pelo Setor competente da **SECRETARIA DE**, no âmbito do município de AQUIRAZ/CE.

6.5. PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS

6.5.1. Os produtos deverão ser entregues em até **15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS**, a contar da emissão da **Ordem de Compra/Nota de Empenho**, que será enviada à contratada através de e-mail ou outro meio que comprove o seu recebimento.

6.5.2. A demanda correspondente a **Ordem de Compra/Nota de Empenho** deverá ser entregue em remessa única.

6.5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.5.4. Os bens deverão ser entregues no endereço constante da **Ordem de Compra/Nota de Empenho**, podendo ocorrer em todo o município de Aquiraz/CE.

6.6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.6.1. Como garantia das obrigações assumidas, o CONTRATADO prestará de garantia o valor de R\$ xxxxxxx (-), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, e deverá comprová-la no ato da assinatura deste instrumento.

6.6.2. A garantia prestada ficará retida enquanto o Contrato estiver em vigor, sendo liberada no prazo de até 30 (trinta) dias, após a data do vencimento do Contrato, desde que cumpridos todos os seus termos e condições.

6.6.3. A garantia prestada responderá subsidiariamente pelas multas aplicadas se, por qualquer motivo, o CONTRATADO não as pagar nos prazos fixados, e deverá ser integralizada, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

6.6.4. Sempre que ocorrer alteração contratual em decorrência de prorrogação ou acréscimo de quantitativo do objeto do Contrato, o CONTRATADO, antes da assinatura do Termo Aditivo, prestará garantia suplementar no percentual de 5% (cinco por cento) do valor acrescido, que poderá ser em qualquer das modalidades e condições estabelecidas no Edital.

6.6.5. A qualquer tempo, mediante comunicação ao CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no Edital de licitação e o disposto no art. 96 e posteriores da Lei n. 14.133/2021.

6.6.6. A perda do valor da garantia em favor do CONTRATANTE, por rescisão decorrente de inadimplemento contratual do CONTRATADO, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste Contrato.

6.6.7. O descumprimento de qualquer das obrigações previstas nesta Cláusula ensejará a aplicação de penalidade, garantida defesa prévia.

6.6.8. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pelo CONTRATADO referentes a:

I – prejuízos ou danos causados ao CONTRATANTE;

II – prejuízos ou danos causados a terceiros pelo CONTRATADO;

III – toda e qualquer multa contratual;

IV – débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente Contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales refeições, verbas rescisórias, etc;

V – quaisquer obrigações não cumpridas pelo CONTRATADO em relação ao presente Contrato previstas no ordenamento jurídico do país.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Carta Proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de AQUIRAZ/CE e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de AQUIRAZ/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado no caso de:

- a) recusar-se em assinar o contrato;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não mantiver a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do fornecimento/contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

II - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer produto solicitado, contados do recebimento da Ordem de Compra, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra/solicitação, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

III - multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra/solicitação, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos bens.

7.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do proponente de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, as seguintes penas:

- a) advertência;
- b) multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição ou do valor global do contrato, conforme o caso;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

7.3.1- Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o proponente fizer jus.

7.3.2- Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do proponente, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

7.5. A falta dos produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o contratado das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.



8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitação.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
- 9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.
- 9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
- 9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- 9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- 9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
- 9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
- 9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.
- 9.10. A gestão e fiscalização do contrato caberá ao Ordenador de Despesa competente ou a quem ele a designar com esta finalidade, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de AQUIRAZ/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

AQUIRAZ/CE, ____ de ____ de ____.

Secretário(a) de _____
CONTRATANTE

EMPRESA: _____
Sr(a). _____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____
2. _____ CPF nº _____

ANEXO I DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.006/2026 PE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, ÓRTESES, PRÓTESES E DEMAIS MATERIAIS ESPECIAIS DE INTERESSE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO HOSPITAL GERAL MANOEL ASSUNÇÃO PIRES DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ/CE.

LOTE						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÉDIO GLOBAL
VALOR TOTAL						R\$